

ACTA N.º 21

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 18-04-09

Aos dezoito dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **João Aires Moreira Mora Leitão**, secretariado pelos senhores **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Fernando José Guia Barbosa**, primeiro e segundo secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: ----

**Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----

Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Vitor Pires Bragança, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Maria Fernanda Figueiredo Rodrigues Rolo, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Paulo Jorge Martins Beirante. -----

**Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

**Em representação do Bloco de Esquerda**, os senhores: -----

Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luís Filipe Dias Grácio. -----

**Em representação da Coligação Democrática Unitária**, os senhores: -----

Mário Eugénio Filipe Duarte e António Silvino da Costa Ferreira. -----

**Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

**Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal, senhor: -----

José Maria Lopes Terra. -----

**Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, o senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Luís Manuel Antunes, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram dez horas e cinco minutos, começando por empossar os elementos que substituem os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a **Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta**, que substituiu o deputado José Barata António, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, que substituiu o deputado Sérgio Manuel Carrondo Amaro, do Partido Social Democrata. -----

---

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após leitura das respectivas actas de instalação, avulsas, e do respectivo juramento por parte dos novos membros, o **Presidente da Assembleia** considerou-os investidos nas funções. -----

### **ACTA NÚMERO VINTE** -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “Tenho pequenas questões de português que depois farei chegar por e-mail à Assembleia Municipal.” -----

**António Ferreira** pediu a palavra: “Na página 11, no terceiro parágrafo a contar do fim, onde se lê «já decorreram dois anos no início do QREN», deve ler-se «já decorreram três anos desde o início do QREN». -----

Na página 15, no parágrafo antes da votação, estão declarações, em meu nome, que tenho dúvidas de que tenham sido proferidas por mim. Não terá sido o engenheiro Ferreira Marques a fazê-las? É que têm a ver com a defesa da honra do Governo e não me parece que tenha sido eu.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Serão introduzidas as correcções que foram sugeridas.” -----

### **VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO VINTE:** -----

A acta número vinte foi **aprovada por maioria**, com **vinte e um votos a favor**, sendo nove votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três voto do Bloco de Esquerda, dois voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e, **duas abstenções**, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo, uma do Partido Social Democrata e uma do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O **Partido Socialista** apresenta a Proposta que se transcreve na íntegra: -----

#### **PROPOSTA** -----

*«O Partido Socialista, reconhecendo o notável papel que as mulheres vêm desempenhando na sociedade portuguesa e, particularmente, nas comunidades essencialmente constituídas pelas actividades económicas do sector secundário, onde se insere desde a sua génese, o Entroncamento, pretende prestar-lhes pública homenagem que revele o seu valor, tão poucas vezes devidamente reconhecido. -----*

*A mulher veio das beiras, dos alentejos e de outros recantos deste país, apeando-se dos ronceiros e fumarentos comboios, envolvidas nos seus fatos de chita a que se penduravam os cachopos muitas vezes mal nutridos e, arrastando consigo o cabaz de vime contendo os seus parcos haveres. -----*

*A mulher foi o esteio da família quando o seu companheiro era arrancado do seio da sua comunidade e encarcerado, quantas vezes, só porque exigia um pouco mais de pão, a elementar educação, o apoio na doença e o acesso à habitação condigna. -----*

*A mulher foi a obreira das actividades que permitiram recompor o magro salário que entrava no lar. E, assim, foi agricultora, foi guardiã de segurança das pessoas e máquinas nas passagens de nível. Foi um elemento excepcionalmente activo na construção do mosaico cultural desta comunidade a que todos hoje pertencemos. -----*

*A mulher foi esposa, mãe, educadora e foi o esteio e o ombro sempre presente. ----- Por todo este trabalho hercúleo, e pelo muito mais que ficou por dizer, o Partido Socialista propõe que se edifique um monumento à Mulher nesta cidade, num local condigno, que seja o tributo e o reconhecimento social a que tem direito.» -----*

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu pergunto, então e os homens? Ou então, porque é que as mulheres são um bicho diferente que tem de ter um tratamento tão diferente? Porque é que as mulheres são tão menores, que têm de ter um tratamento especial, enquanto membro desta comunidade? -----

---

Quando se diz na Constituição e se diz nas Leis que se vão aprovando, que a mulher tem os mesmos direitos que os homens; quando se procura valorizar, por conta de preconceitos, hábitos e regras do passado, a posição da mulher como uma igual, eu pergunto se faz sentido atribuímos à mulher todas estas virtudes, esquecendo que ela, além de mulher, é uma pessoa, é um ser humano que, tal como qualquer homem, tem um passado, um presente e um futuro. -----

Reconhecendo que tudo o que aqui está dito é verdade em relação às mulheres, também o é em relação a muitos homens! E, senão aos homens todos, na generalidade, não é? –

Agora, faz sentido, hoje, às portas do vinte e cinco de Abril, aprovar uma proposta destas? Embora na boa fé que eu entendo da vossa proposta, para mim, não é mais do que uma afronta à minha pessoa como mulher, como é óbvio. -----

Fará sentido? Será que as mulheres que estão nesta sala se reconhecem nesta proposta?

Talvez fosse a primeira questão a colocar. Será que cada uma destas mulheres que aqui está, acha que é justo aprovar este documento? -----

Se o Partido Socialista tivesse feito esta reflexão dentro do próprio Partido Socialista, esta proposta, nestes moldes, talvez não estivesse aqui. E não estivesse a criar-nos dificuldades, porque, o reconhecer o mérito das mulheres ou dos homens, é sempre válido. O distinguir, para mim, de uma forma que, sendo positiva, se torna negativa para as mulheres, deixa-me muitos amargos de boca.” -----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “A interpretação que a Dr.<sup>a</sup> Isilda faz, é claramente uma interpretação de má fé. Porque nós dizemos aqui: «*A mulher foi o esteio da família quando o seu companheiro era arrancado do seio da comunidade...*» Foi complementar, as funções de um não foi as funções de outro. Eles complementaram-se claramente. -----

Numa altura em que o Código Civil limitava de uma forma extraordinária a acção da mulher. Certamente sabem disso e, se não sabem, façam o favor de se informar. Qual era acção do domínio de liberdade que a mulher tinha nesse tempo. E ela, com todos os constrangimentos, foi capaz de ser a base social da comunidade. -----

Naturalmente que o vinte e cinco de Abril trouxe outras possibilidades, trouxe uma possibilidade de ombrear com os homens, ainda assim, com algumas diferenças, e nós temos que homenagear mulheres que foram obreiras, sujeitas às dificuldades que tinham e o que foram capazes de fazer por esta comunidade. -----

Nós fomos quem propôs, na sociedade portuguesa, a paridade! O Partido Social Democrata sempre se opôs a isso, por razões de muita ordem, algumas que nem sequer querem explicar. Portanto, nós somos os campeões da liberdade e somos os campeões, inclusivamente, da atribuição da igualdade entre os homens e mulheres. E continuamos a sê-lo. -----

O Partido Social Democrata debate-se actualmente com um problema bastante grave na constituição das listas, porque não é capaz de conseguir arranjar o que a legislação define. Está escrito nos jornais, está escrito em todo o lado. Não se inibam!” -----

Solicitou intervir, **Isilda Aguincha**: “Para além de anotar que o senhor me acusou de má fé, devo dizer-lhe que, em relação à questão da paridade, é mais uma afronta à inteligência das mulheres. Porque Deus me livre de ocupar um lugar por ser mulher! Deus me livre ser considerado que a minha pessoa ocupa um espaço de intervenção, pelo simples facto de ser mulher. E lamento profundamente que haja gente, mulheres, que dêem como boa essa situação.

Como exemplo o Partido Social Democrata e o Entroncamento, é óbvio que os senhores têm um excelente exemplo naquilo que foram as listas da Junta de Freguesia de São João Baptista, em que a certa altura, nós olhámos para a lista e pensámos: «bom, daqui a pouco, temos de cumprir a paridade ao contrário!». E portanto, relativamente a essa matéria e às práticas do Entroncamento, eu acho que foi uma boa oportunidade de não argumentar sobre ela.

Relativamente ao problemas do Partido Social Democrata, posso garantir-lhe que, no que toca ao nosso concelho, o Partido Social Democrata vai claramente cumprir a Lei da

---

paridade, embora, eu, pessoalmente, não concorde com ela. Mas vai ser cumprida a Lei da paridade, provavelmente de forma muito mais fácil do que relativamente ao Partido Socialista. –

Relativamente àquilo que este documento nos traz, senhor engenheiro, tenho muita pena, o Entroncamento é de facto uma terra de liberdade. Tem sido uma terra de liberdade e que, no dia de hoje, continuemos a olhar para trás, a olhar para o passado, a olhar para as mulheres nos termos do passado e a esquecer aquilo que são as mulheres hoje, aquilo que é a realidade que nós temos. E os senhores sabem tão bem ou melhor do que eu que, se olharem para as estatísticas, que, até a nível académico, as mulheres “dão cartas”. As mulheres têm cumprido muito mais do que a expectativa de alguns homens empedernidos podia fazer prever. E portanto, este documento é apenas o remexer num passado que tem alguns fantasmas subjacentes e que não engrandece as mulheres.” -----

De seguida, interveio **Fátima Roldão**: “Nós também não nos revemos nesta proposta, embora compreendamos os princípios que estão na sua origem. Mas não nos revemos nela. -----

Tal como já foi aqui referido pela deputada Isilda Aguincha, gostaríamos de dizer que, se nós queremos realçar as lutas pelo trabalho, as lutas sociais que existiram ao longo dos tempos, não temos que as representar por um homem ou por uma mulher, mas sim por um ser humano, que será igual em direitos, quer seja homem ou mulher. -----

Neste momento também penso que irá haver um monumento ao trabalhador ferroviário e, pelo que me parece, não está representado nem por um homem, nem por uma mulher e, penso que será o suficiente para representarmos aqui este trajecto social/histórico que está na génese da nossa cidade. -----

Penso realmente que não faz sentido distinguir a mulher de uma forma especial, porque ela está, como já foi aqui dito, nas mesmas condições a nível de direitos e de deveres, do que um homem.” -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “Reconhecemos de facto a luta da mulher pela igualdade e isso, de certo modo, está traduzido neste documento. Julgamos também que a mulher deve continuar a lutar, cada vez mais, no sentido da igualdade, porque ela não está atingida. -----

Consideramos também que se deve homenagear a mulher, a luta da mulher, enfim, a determinação da mulher. Parece-nos que esta homenagem, esta proposta que está aqui, é uma proposta (não sei se a palavra que vou utilizar se enquadra, mas...) que nos parece um pouco folclórica. Ou seja, a homenagem à mulher deve ser feita, quanto a nós, muito mais reconhecendo as virtudes que teve, a luta que teve ao longo destes anos e, acho que devemos lutar é por políticas para a mulher. Mais do que um monumento, políticas para a mulher.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta, apresentada pelo Partido Socialista, à votação. -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA:** -----

A **proposta apresentada pela bancada do Partido Socialista** foi **rejeitada** com **doze votos contra**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Freguesia de São João Baptista; **seis votos a favor** vindos do Partido Socialista e, **cinco abstenções**, sendo três do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

De seguida, foi dada a palavra ao Bloco de Esquerda que apresentou a moção que na íntegra se transcreve: -----

**MOÇÃO** -----

*«Na Manutenção Militar (MM) – Entroncamento laboram cerca de sessenta trabalhadores. Trata-se de um estabelecimento militar com grande tradição e, apesar de tudo, ainda com implantação significativa no tecido laboral do concelho. -----*

*O recente anúncio da atribuição aos trabalhadores da MM do estatuto do funcionalismo público corresponde a uma aspiração muito antiga. Já a notícia de que está em curso um*

---

*estudo que poderá levar ao encerramento das instalações da MM no Entroncamento vem justificar as maiores apreensões. -----*

*Compreende-se que qualquer decisão sobre o futuro da MM Entroncamento tenha de responder às necessidades operacionais do Exército, a cujo organismo de logística virá a pertencer. Mas não poderá deixar de atender também à relevância social que tem o emprego gerado no Entroncamento, mais a mais num quadro de preocupantes índices de desemprego, de dificuldades sociais e até, mais genericamente, de esvaziamento demográfico do interior do país. -----*

*A Assembleia Municipal do Entroncamento, embora ciente da complexidade do problema, pronuncia-se desde já pela continuidade do funcionamento da MM no concelho e pela continuidade dos postos de trabalho aqui existentes.» -----*

Foi dada a palavra a **Luís Grácio** que defendeu a moção apresentada pela sua bancada: “A moção que aqui trazemos, tem tudo a ver com as alterações que estão a ocorrer no âmbito da Manutenção Militar que, por decisão governamental, vai desaparecer, com a integração dos seus trabalhadores enquanto funcionários públicos. -----

O seu enquadramento nos corpos de logística do exército e a evolução das coisas, é ainda uma incógnita para todos, mas o que nos fez apresentar esta moção foi a preocupação com a manutenção dos postos de trabalho no Entroncamento. Como sabem, a Manutenção Militar é tradicional na nossa cidade desde sempre. Tem parte produtiva no Entroncamento, uma parte significativa, estamos a falar de cerca de sessenta trabalhadores que se encontram no activos, neste momento, na Manutenção Militar no Entroncamento. É uma unidade, até certa medida, empresarial significativa e que, se eventualmente alterações na sua estrutura e no seu enquadramento na cidade levassem ao seu desaparecimento, seria extremamente negativo para a cidade. -----

O que nós aqui entendemos é que a Assembleia Municipal devia pronunciar-se no sentido de reconhecer a importância que tem para os trabalhadores da Manutenção Militar a alteração do seu estatuto, que é uma reivindicação antiga, com mais de trinta anos, mas, ao mesmo tempo, manifestar também a nossa preocupação relativamente ao futuro, nomeadamente da existência de uma unidade com um peso tão significativo de mão de obra aqui na nossa cidade. -----

Portanto, esta moção, no nosso entender, era mais no sentido de uma manifestação política da parte da Assembleia Municipal, para que houvesse uma preocupação na manutenção dos postos de trabalho no Entroncamento.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Nós vamos votar favoravelmente esta moção, mas relembramos aqui que, há quatro anos, havia mais de noventa trabalhadores a trabalhar nesta empresa; neste momento, são só setenta trabalhadores. Portanto, a política está a ser orientada no sentido do encerramento da empresa. -----

Por outro lado, chamo a atenção que esta é uma justa reivindicação dos trabalhadores de serem equiparados a funcionários públicos – conseguiram-no finalmente – e regozijamo-nos por essa situação. -----

Em relação ao encerramento da empresa, quero aqui referir o seguinte: O encerramento de actividades económicas no Entroncamento está a ser muito forte neste momento e continua uma tendência de há dez, quinze anos para cá. Nós verificamos que perdemos cerca de dois mil postos na área da reparação de material em várias áreas. Temos uma série de empresas no concelho que encerraram, outras estão em fase de deslocalização. Temos por exemplo a fábrica das malhas e tecidos que encerrou, temos um serviço de equipamentos pesados que vai sair do Entroncamento e vai para um concelho vizinho. -----

Portanto, temos uma série de situações destas que são preocupantes para o Entroncamento e que devíamos das mais atenção. Devíamos apostar mais, para que, por um lado, não perdêssemos esses sectores e, por outro lado, compensar a perda desses sectores com outras actividades, com outras actividades inovadoras, com outras actividades de futuro para o

---

concelho, porque são essas actividades que depois suportam o comércio, serviços e outras actividades ligadas a elas. -----

Se nós não apostarmos na área económica e na criação de riqueza, vamos assistir continuamente àquilo que vamos ver depois nas contas que iremos analisar mais à frente.” ----

De seguida, pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Nós também estamos de alguma forma preocupados com esta situação. Contudo, sabemos que, no sector das Forças Armadas, há uma avaliação da problemática da Manutenção Militar a nível do país, que tem a ver com o seguinte: -----

Como sabemos, a Manutenção Militar serve exclusivamente o exército. Os outros ramos das Forças Armadas não são servidos pela Manutenção Militar. Há intenção, há propostas e ideias no sentido de tornar mais eficientes os serviços que a Manutenção Militar presta. E nós sabemos que há propostas e ideias no sentido de criar uma estrutura que sirva todos os ramos das Forças Armadas. Isto é, como sabem, para terem capacidade operacional, com uma estrutura que possa vir a servir todas as Forças Armadas. -----

Parece-nos que, a ir para a frente esta ideia, poderia viabilizar, inclusivamente até aumentar, a capacidade operacional do que é hoje chamada Manutenção Militar. Pensamos que nunca houve coragem de criar uma estrutura única para as Forças Armadas no seu conjunto e, parece que há agora ideias, de estruturas militares, inclusivamente, de criarem uma organização (que modelo, não sei) que venha de facto a ser a estrutura que irá, em termos logísticos, apoiar as Forças Armadas no seu todo. -----

Daí que, se de facto há aqui algumas apreensões, era bom, se calhar, que aguardássemos por coisas novas que por aí vêm e que, se calhar, davam resposta a todo este problema. E, quem sabe, até podíamos encontrar vantagens noutro tipo de propostas.”-----

Voltou a pedir a palavra **António Ferreira**: “Gostaria de perguntar ao representante do Partido Socialista que coisas novas é que aí vêm? Porque isso é importante para o Entroncamento! -----

Porque de facto, aquilo que se está a fazer neste momento, é a redução de postos de trabalho na Manutenção Militar! E a tendência é para isso. E vamos ver se depois isto não vai ser concentrado, se não há uma deslocalização deste serviço, do Entroncamento para outro lado.” -----

Voltou a intervir **Ferreira Marques**: “Não sou eu que tenho de dar respostas. Até porque não conheço a estrutura que vai ser criada! Obviamente que não posso dar nenhuma resposta, nem estou sequer mandatado para o fazer. -----

Dou apenas informação das informações que tenho.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Sendo certo que não nos cabe a nós tomar decisões nesta matéria, é uma preocupação que já não é nova nesta Assembleia a questão da Manutenção Militar, dos serviços no Entroncamento. -----

E, na sequência daquilo que foi dito pelo senhor engenheiro Ferreira Marques, eu sugeria que se pudesse acrescentar neste último parágrafo, qualquer coisa como, do funcionamento da Manutenção Militar no concelho, ou do organismo que lhe suceda, uma vez que se perspectiva que vai haver, se não a Manutenção, um outro organismo que venha a enquadrá-la e que, faz todo o sentido, uma vez que o Entroncamento está aqui numa posição estratégica de ligação a Tancos, Tomar, Torres Novas, Santa Margarida e, portanto, continua a ser um pólo central que pode ser distribuidor para vários concelhos vizinhos e, na nossa boa fé, há de facto interesse em manter aqui um serviço que apoie as várias unidades, mesmo que de armas diferentes, ou serviços diferentes. -----

Portanto, penso que seria uma forma também de chamar a atenção para a nossa localização, para a nossa disponibilidade, porque temos condições (penso eu) de infra-estruturas para servir outras unidades que não apenas aquelas do concelho e, portanto, seria uma forma também de, fazendo chegar este documento aos organismos militares, chamar a atenção para a importância, para a disponibilidade da parte do município nesta matéria.” -----

---

Solicitou a palavra **Luís Grácio**: “Nós aceitamos como boas as sugestões apresentadas e poderemos incorpora-las na moção.” -----

Interveio **Ferreira Marques**: “Depois de ouvir a doutora Isilda, fiquei a pensar que, de facto, esta moção poderia ser reorganizada (digamos assim). Isto é, ser mais abrangente, não se restringir exclusivamente aqui ao nosso local, porque nós não sabemos exactamente que tipo de estruturas é que vão existir. -----

Aquilo que eu falei, foram coisas que eu li de altas patentes das Forças Armadas e, portanto, também não conheço nenhum projecto concreto. O que eu ouvi e li foi que, o que seria óptimo para a estrutura era a fusão em termos de logística e que viesse a acontecer para todo o país. -----

Agora, o que de facto poderíamos fazer, era usar argumentos, utilizá-los e fazê-los chegar, para, no caso de vir a acontecer uma situação dessa natureza, que ela possa ficar, nomeadamente, sedada no Entroncamento. -----

Poderia, digamos, ter condições para servir todas as Unidades, todas as Forças Armadas do país. -----

E isto, por todas as razões – transporte, centralidade, estrutura, experiência, etc., etc. –

Portanto, a vir a acontecer algo de novo, que o Entroncamento deve ser ouvido e deve estar “envolvido” nesse processo. Caso haja processo nessa ordem.” -----

Interveio de seguida **Isilda Aguincha**: “Eu penso que, e se me derem licença que faça mais uma sugestão, faria sentido esta moção ser aprovada na generalidade, digamos com este texto e que pudéssemos encontrar um texto complementar, mais complexo, com mais «corpo» neste enquadramento que nos é apresentado pelo engenheiro Ferreira Marques, que pudéssemos eventualmente redigir em reunião da Comissão Permanente, que levasse como suporte esta moção, mas que incluísse uma abrangência mais significativa então, de modo a levar a quem nós entendamos necessário, as preocupações, as disponibilidades e as oportunidades que podemos oferecer enquanto concelho, para procurarmos que realmente, da Manutenção, possa não ficar apenas a Manutenção, mas que o futuro nos traga, a nós, às pessoas da Manutenção, mas acima de tudo ao concelho e àqueles que precisam destes serviços, alguma garantia de continuidade.” -----

**Luís Grácio** pediu a palavra: “Nós concordamos com a sugestão apresentada. Até porque o objectivo fundamental desta moção, como referi no início da sua apresentação, tem a ver com a preocupação de manter os postos de trabalho no Entroncamento e reforçar, inclusivamente, a importante e até estratégica do ponto de vista geográfico do Entroncamento, relativamente ao contexto nacional. -----

Portanto, tudo o que venha de acréscimo neste sentido é sempre bem-vindo e o espírito é mesmo esse. -----

Estamos disponíveis para aprovar pela generalidade a proposta e depois trabalhá-la mais em concreto com as outras forças políticas. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Vamos votar esta moção e, em sede da Comissão Permanente, vamos elaborar um documento que vá ao encontro das várias posições manifestadas nesta sessão da Assembleia. -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pelo **Bloco de Esquerda** foi aprovada por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Freguesia de São João Baptista. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Temos mais uma proposta do Bloco de Esquerda sobre o futuro da CP como entidade pública empresarial, que se pretende implementar com o nome de «Comboios de Portugal».” -----

---

Foi dada a palavra a **Luís Grácio** que apresentou a moção que se transcreve na íntegra:

**MOCÃO** -----

*«O governo acaba de aprovar a passagem da CP a Entidade Pública Empresarial, com o nome de “CP – Comboios de Portugal”. Mais do que uma simples mudança de nome – já de si significativa – trata-se de uma importante mudança de estatuto, a permitir desenvolvimentos preocupantes.* -----

*A partir de agora, a gestão poderá ser entregue a terceiros, como já acontece em hospitais públicos, com os conhecidos maus resultados.* -----

*A “CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP” tinha uma só concessão em todo o território nacional. Já a nova “CP – Comboios de Portugal, EPE” poderá ter as concessões divididas por diferentes áreas de negócio, facilitando os negócios com os privados nos sectores mais lucrativos.* -----

*Significativamente, já foi anunciado que uma das primeiras áreas a ser concessionada de acordo com o novo Estatuto será a dos comboios suburbanos de Lisboa e Porto, precisamente um dos negócios mais apetecidos pelos operadores privados. Naturalmente, sectores não lucrativos manter-se-ão geridos pela “Entidade Pública”.* -----

*Nos novos Estatutos da CP, a unidade de negócios CP Carga é desde já totalmente autonomizada. Esta unidade poderá, portanto, ser já totalmente privatizada.* -----

*Como o novo Estatuto, partes do serviço ferroviário poderão ser operados em parceria com autarquias e privados. Abre-se aqui a porta ao despedimento de ferroviários. Ao serem concessionados os serviços a terceiros, os ferroviários da CP têm a opção de ficar sem trabalho ou de perder direitos na passagem para os novos operadores.* -----

*Em suma, o novo Estatuto da CP vem na linha liberalizadora que tem dado resultados desastrosos na economia e nas finanças. Abre a porta a novos ataques aos direitos dos ferroviários, à sua estabilidade profissional e ao seu emprego.* -----

*Por estas razões, a Assembleia Municipal do Entroncamento manifesta-se contra as alterações introduzidas no Estatuto da CP, que desmantelam o serviço ferroviário e ameaçam a estabilidade e o emprego dos trabalhadores da empresa.»* -----

Continuou **Luís Grácio**: “Esta moção tem um pouco a ver com uma decisão recente, do Governo, de alterar o Estatuto e as condições de funcionamento e da actividade da CP. -----

A CP – Caminhos de Ferro Portugueses, inicialmente “Companhia Real de Caminhos de Ferro Portugueses”, ou seja, um nome histórico, começou a ser lançada, as suas pedras iniciais, os seus carris, se assim podemos dizer, em mil oitocentos e cinquenta e um e foi inaugurado o primeiro troço em mil oitocentos e cinquenta e seis, por acção de Fontes Pereira de Melo, reinado de Dom Pedro V. -----

Portanto, foi de uma importância fundamental para o desenvolvimento do país – rasgou estradas, encurtou distâncias, trouxe as pessoas para as cidades, foi alterando ao longo dos anos, ao longo dos tempos, o panorama português e trouxe a civilização a um país atrasado que nem estradas praticamente tinha. -----

Mas o mundo evolui, tudo é feito de mudança, não podemos ficar parados e o caminho de ferro foi uma potência fundamental para o país. No caso do Entroncamento, uma particularidade, porque o Entroncamento tem a sua génese no caminho de ferro, nasceu a partir do Entroncamento a linha do Leste, a linha do Norte e, com o seu desenvolvimento posterior, foram criadas uma série de empresas ao longo dos anos, mais tarde, foram todas fundidas nos Caminhos de Ferro Portugueses – CP e que, ultimamente, uma série delas têm vindo a fechar. Muitos ramais, muitas linhas têm vindo a fechar. -----

Há uma política de desincentivo, de desinvestimento na ferrovia, quando esta devia ser um dos pontos fundamentais e estruturantes dos transportes no nosso país, se atendermos aos seus efeitos benéficos do ponto de vista do combate à poluição, da sua acessibilidade, rapidez, segurança, etc., etc. -----

---

Esta política, agora traduzida com esta alteração, vai no sentido de, mais uma vez, num processo de privatização de tudo o que é público, com maus resultados em alguns casos, se nos lembrarmos do que tem acontecido na saúde. -----

A nossa preocupação tem a ver com a estratégia nacional e tem a ver concretamente também com o Entroncamento. O Entroncamento, como já referi, tem a sua génese nos caminhos de ferro, teve sempre uma grande força laboral significativa da sua população associada aos Caminhos de Ferro Portugueses. Já aqui foi referido também que têm vindo paulatinamente a ser esvaziada, do ponto de vista de mão-de-obra, da sua importância no tecido empresarial da cidade e, o que aqui se antevê, eventualmente, é o continuar dessa política. -----

Esta moção tem uma preocupação fundamental, que é uma preocupação da cidade em relação aos trabalhadores dos caminhos de ferro e tem uma preocupação do ponto de vista da estratégia da política de transportes no nosso país. -----

Nós já aqui apresentámos anteriormente uma moção acerca das acções que têm vindo a ser desenvolvidas, nomeadamente na acessibilidade a Lisboa, como devem estar recordados, não só relativamente ao custo do transporte para Lisboa a que muitos milhares de entroncamentenses recorrem, mas também relativamente à qualidade do serviço que é praticado na linha do Norte, por sobrecarga da sua utilização. -----

Portanto, esta preocupação insere-se numa preocupação mais geral, que tem a ver com a política de transportes para o nosso país. -----

Esta é a moção e esperamos que esta Assembleia concorde com as nossas posições e que manifeste também o desagrado e preocupação em relação ao que se antevê para o sector ferroviário.” -----

Foi dada a palavra a **Mário Eugénio**: “Nós queríamos fazer dois ou três comentários a esta moção. Primeiro, desde já e um pouco lateral, dizer que, se esta alteração de estatutos da CP servisse para a melhoria do serviço ferroviário no nosso país, nós se calhar, até nem teríamos nada contra. De facto, o serviço ferroviário no nosso país é péssimo nesta altura. Eu que sou ferroviário, para fazer quatro viagens entre duas estações ferroviárias, fui de expresso, pois os comboios não respondem às minhas necessidades, não só em horário, como em tempo e até como em custo. -----

Mas na apreciação a esta moção, vou-me centrar nos dois últimos parágrafos e, de facto, estes novos estatutos da CP, quando aqui se diz que vêm na linha liberalizadora do que tem dado resultados desastrosos, eu gostaria de referir que, de facto, esta alteração estatutária tem a ver com a abertura deste sector importante e de outros à iniciativa privada e, não nos podemos esquecer de que isto resulta de políticas comunitárias que nós votamos! Eu não claro, mas que nós votamos. Isto resulta de política comunitárias, não foi nada inventado aqui, mas é o resultado do que, a nível comunitário é imposto e que depois a nível nacional é posto em prática. -----

Relativamente ao último parágrafo, nós gostaríamos de referir que a Coligação Democrática não só se manifesta contra as alterações introduzidas nos estatutos da CP, mas também contra as políticas que lhe estão por trás. Portanto, não só estamos só contra a alteração dos estatutos, mas também contra as políticas que permitem estas alterações estatutárias.” -----

Foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “Ouvimos aqui um conjunto de considerações genéricas que não estão de facto sustentadas ainda em nada. Não conhecemos de facto que estatuto é este, não estamos na posse dele, não o lemos, não o comparámos com o estatuto anterior e temos alguma dificuldade em saber quais são as implicações que têm estas alterações estatutárias. Não sei se os nossos outros colegas de bancada têm informação que nós não temos. Portanto, se nos puderem fazer chegar essas informações que eventualmente têm em relação a estas alterações estatutárias, nós agradecemos. -----

Por aquilo que lemos aqui e só com esta informação que é muito genérica, são declarações de intenções, são declarações políticas premonitórias, nós não temos capacidade de

---

adivinhar o futuro. Não conseguimos saber se vai ser um êxito, se não vai, pois não conhecemos os novos estatutos. -----

O que podemos dizer, assim à partida, é que, para pior do que já está, acho que é difícil. É uma empresa altamente deficitária, naturalmente, e, certamente que não foram os trabalhadores que a levaram a esse ponto, tem a ver com estratégias de organização. -----

Portanto, nós aguardamos por mais informação para podermos ter uma ideia completamente formada sobre esta matéria. Porque a informação que nos chega, não é suficiente para tomarmos uma decisão desta natureza. -----

Por tudo isto, vamos abster-nos.” -----

Pedi a palavra **Rosa Pedro**: “Começando por frisar esta prevista alteração de estatutos, também confesso que ainda não tive acesso a este documento, deve estar ainda num nível muito restrito, mas, de qualquer forma, isto passará também por imposições comunitárias, o que não quer dizer que nós também não tenhamos uma reacção e deixemos passar estas questões em branco. De qualquer forma, isto vem no seguimento de tendências que, já há alguns anos a esta parte se vêm manifestando, de liberalização. -----

Seja como for, penso que devemos manifestar a nossa preocupação, tanto mais que, eventualmente, isto poderá passar pela concessão, como é aqui frisado, de algumas áreas, como por exemplo Lisboa e Porto, onde até se fizeram nos últimos anos, e se pensa continuar a fazer, investimentos maciços no material circulante e, a partir daí, um operador que surja, terá, digamos, a vida um pouco facilitada, pois muitas vezes não se fizeram investimentos, com material e poderá por aí fazer a exploração. -----

A questão que se coloca do problema do deficit de uma empresa pública, com os custos que isso tem, está correcto, mas, de qualquer forma, isto também acaba por entroncar num problema que há muitos anos se arrasta, que é a questão da discussão do que é serviço público e do que não é serviço público e quanto é que isso eventualmente implica de transferência por parte do Estado. -----

De qualquer forma, com certeza que, com uma situação de liberalização e passagem a operadores a exploração de determinados tipos de serviços onde se tem praticado preços de carácter social, o diferencial do custo, terá de continuar a ser pago por alguém! E se não é transferido de uma forma, é transferido de outra. Os custos, se calhar, acabam por se manter. ----

O que será também preocupante, são outras situações no interior do país, onde há uns anos, quando houve a privatização da parte das rodoviárias, que passaram a ser abandonadas e as pessoas deixam de ter camionagem, deixaram de ter comboio. E isto no seguimento até de uma política de abandono do interior do país que tem privilegiado a faixa litoral e os grandes centros. E poderemos estar a caminhar no mesmo sentido. -----

Quanto a este problema de custos e que será eventualmente de maior eficácia, apenas cito como exemplo o que aconteceu com o considerado Estoril, onde acabou a concessão de cinquenta anos, quando aquilo passou para a responsabilidade da CP, o estado em que vinha o material, comparando, quando se dizia tanto mal na altura, do material da linha de Sintra, antes de se fazerem investimentos maciços, mas cuja manutenção era da responsabilidade da CP. E pessoas que conhecem sabem perfeitamente o que é que eu estou a dizer.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a moção em debate à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por maioria com dezassete votos a favor**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, seis abstenções vindas do Partido Socialista. -----

---

Pedi a palavra **Pato das Neves**: “O Partido Socialista informa, para que conste, que o Instituto Superior de Transportes funcionou no campo universitário do Entroncamento, pelo menos, até dois mil e três. Pelo que reafirmamos que o Ensino Superior terminou no final da primeira metade do primeiro mandato do exercício do senhor Jaime Ramos. -----

Todos nós lemos a informação do senhor Presidente e, mais uma vez, não constam os processos pendentes. Parece que não se sabe o que são processos judiciais pendentes. Para mim, que não sou jurista, processos pendentes, são aqueles processos que se encontram no Tribunal a aguardar uma decisão judicial. Penso que isso é evidente. Mas enfim, parece que não se sabe. ---

Por outro lado, novamente solicitamos: -----

Quais foram as diligências feitas pelo executivo no sentido do PDM ser revisto? Não nos foi dada essa informação. -----

Também queremos dizer que não aceitamos que nos seja respondido às nossas últimas perguntas, que a resposta já foi dada na sessão da Assembleia Municipal. Pela simples razão e para além do mais, porque aquilo que o senhor Presidente diz, muito poucas vezes é coincidente com o que escreve.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Relativamente ao período de antes da ordem do dia, obviamente que não ia falar sobre matérias desta intervenção do engenheiro Pato das Neves, mas tenho alguma dificuldade em ouvir chamar mentiroso ao senhor Presidente da Câmara. ----

Há práticas que não reconheço; não me reconheço nesse tipo de argumentação; tal como tenho muita dificuldade em ouvir falar, mais uma vez, no Instituto Superior de Transportes do Entroncamento, porque, como todos nós sabemos, há fortes responsabilidades do Partido Socialista nesta matéria da saída do Instituto Superior dos Transportes do Entroncamento. -----

Penso que é uma discussão que vai continuar a existir porque, por vezes, é mais fácil falar deste assunto no sentido do arremesso político, do que de outros. Mas, meus senhores, há uma grande responsabilidade, há data estava no executivo, além do senhor vereador Fanha Vieira, também o senhor vereador José Eduardo e, portanto, a ideia que eu tenho é que, mesmo com as diligências realizadas pelo município do Entroncamento, houve uma grande má vontade. Houve muitas dificuldades que não foram ultrapassadas e havia também problemas que o próprio Instituto de Transportes não conseguia ultrapassar e, decidiu. Não veio ao encontro das nossas necessidades, não veio ao encontro da vontade do município e da nossa população, decidiu e resolveu o assunto conforme lhe deu jeito e conforme deu jeito a quem estava a mandar na altura. -----

Portanto, não éramos nós que mandávamos, a intervenção de algumas pessoas que podia ter existido, também não existiu e, portanto, nós ficámos sem Instituto de Transportes no Entroncamento. -----

Tinha pedido a palavra para fazer uma referência que eu acho positiva para o Entroncamento. No momento em que estamos a passar, não só nós mas toda a população, por uma sensação de dificuldade, que não é só sensação, é realidade, vi com agrado o anuário financeiro da Associação Nacional de Município que, relativamente ao ano de dois mil e sete, mantém, em índices bastante agradáveis, para não dizer bons, a situação do Concelho do Entroncamento, nomeadamente no que toca à questão da realidade da nossa demonstração e mostra e qualidade de informação financeira, colocando-nos num segundo lugar do ranking nacional, o que, num momento mau, acho que também nos alimenta o ego, ao município em particular e, não só aos nossos autarcas, mas também aos funcionários da autarquia que trabalham para que as coisas possam correr bem. Porque não basta os políticos quererem, é preciso os políticos quererem, mas também é preciso que os funcionários cumpram as suas funções e, cumprindo parte a parte, as coisas acontecem. -----

É, de facto, uma referência positiva que me parece que deveria ser feita aqui. -----

---

Ainda neste ponto de ordem de trabalhos, gostava de referir mais uma vez, porque já falei nisso nesta Assembleia, aquilo que está a ser feito pela Associação de Jovens Arquitectos Europeus, no que respeita ao concelho do Entroncamento. -----

Como é sabido, há um projecto de intervenção. Penso que depois o senhor Presidente da Câmara poderá dar explicações mais exaustivas, se quisermos dizer assim, sobre esta matéria, mas que há um interesse especial e que tem a ver com qualidade, com perspectiva de futuro, com perspectiva de desenvolvimento sustentado para o Entroncamento. -----

É importante, é bom e acho que hoje, como noutros dias, não basta olhar para as partes negativas, também é bom olhar para as partes positivas.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Começando pelo Edital, onde se lê «PAOD», para o público e para divulgação pública, convém escrever por extenso, para as pessoas terem noção de qual é a evolução de uma sessão. -----

Ainda em relação às questões da Assembleia, há uma preocupação da Coligação Democrática Unitária, nós defendemos de facto a eliminação do papel, as formas de eliminação do papel, e temos aquelas preocupações ambientais. No entanto, não pode haver infoexcluídos e, isso passa também, para cada bancada existir um exemplar dos papéis que vêm à sessão. -----

Quando há um conjunto de informação, como por exemplo, o relatório de actividades, nós, em relação a isso, seremos também comedidos e pedimos apenas o essencial para fazermos a análise. Porque em reuniões preparatórias, é muito mais fácil folhearmos papel do que estarmos a passar o documento, página a página, no computador. -----

Em relação à actividade da Câmara, à acção de sensibilização em volta das questões dos resíduos, chegou-me a preocupação, por parte de um dos dirigentes da Coferpor, de que, de facto, é necessário mais alguma sensibilização para a acção de separação de resíduos. E a Coferpor está na disposição de, nos e-mails que envia mensalmente para os seus associados, enviar também informação da Câmara para essa sensibilização. -----

Em relação às áreas do ambiente, é com regozijo que vemos que algumas propostas da Coligação Democrática Unitária do passado, estão a ser implementadas. Uma delas tem a ver com a recolha de resíduos que é feita ao nível do subsolo, evitando a fermentação durante os dias mais quentes; -----

Por outro lado, é com regozijo que também vemos uma das nossas propostas do passado, que é um sítio para recolha de cartão dos comerciantes. Para não falar já daquela velha luta das varredoras. Isso está também ultrapassado. -----

O centro de compostagem era também uma das nossas aspirações. Um centro de compostagem e uma estufa. Uma estufa que servisse para a multiplicação de material vegetal para as necessidades da Câmara, mas também como uma área onde as escolas possam ir e serem educadas em termos dos processos de desenvolvimento vegetativo. -----

Queria também chamar a atenção para a questão da ETAR, pois é importante que se reponha a verdade sobre isto, porque há muita coisa que se diz e que não é verdade. -----

Houve um processo de desenvolvimentos da criação da ETAR em conjunto com a Barquinha, ainda estava cá o anterior Presidente e o processo foi mandado parar. A Barquinha continuou com a sua ETAR e não fizemos uma ETAR conjunta. -----

Nessa altura, a Câmara contactou com várias empresas, houve desenhos, houve ideias daquilo que se devia fazer em relação à nova ETAR. Houve um Secretário de Estado na altura, que por acaso é Primeiro Ministro neste momento, que decidiu que as Câmaras Municipais não faziam mais ETAR's porque, quem fazia as ETAR's, eram empresas multimunicipais, intermunicipais, Águas do Centro e, portanto, acabou com esse processo todo. Ou seja, nós estamos até hoje, à espera de resolver o nosso problema da ETAR por causa de uma decisão dessas. E foi também nessa altura que tivemos problemas a nível dos fundos comunitários para essa área. Decisões que foram tomadas, também nessa altura, e que levaram até hoje, até este momento, sete anos com problemas de acesso aos fundo comunitários para estas áreas. -----

---

Em relação ao Bairro Frederico Ulriche, às casas que foram deitadas abaixo e a todo aquele entulho que ali está, é evidente que há uma gestão por parte da Câmara de não gastar muitos recursos em termos da retirada daquilo e está à espera que se abatam as outras casas. Mas é necessário retirar aquele entulho, porque é um foco de infecções, é um foco de problemas de higiene pública que está ali. -----

Em relação a um plano de pormenor que está em vista realizar-se no Entroncamento, acima da zona da A23, acima do Leclerc, aquilo que se nos oferece dizer, é que temos de ter muito cuidado com a expansão urbana no Entroncamento. A expansão deve ser feita de forma “tipo, mata-borrão”. Não deve ser feita de uma forma caótica. Porque isso leva à multiplicação dos custos e infra-estruturas da Câmara e às dificuldades de aceder a essas áreas. E, com uma agravante para aquele sítio, que é o problema da A23 e das infra-estruturas que vão ser necessárias fazer para resolver o problema da separação do território que está ali. Portanto, isso vai ter custos acrescidos para a Câmara Municipal. -----

Vimos a saber que a revisão do PDM está em stand by desde dois mil e um. Não se avançou desde essa altura e isto está ligado ao Plano de Pormenor. Os Planos de Pormenor têm como objectivo (como o nome diz) pormenorizar aquilo que está definido mais acima, nos Planos Directores Municipais. São um complemento daquilo que está planeado para o território. É, portanto, um planeamento de detalhe. Se nós vamos subverter estes aspectos, nós estamos a ir contra o Plano Director Municipal e a criar condições para um mau planeamento.” -----

**Ferreira Marques** pediu a palavra: “Temos uma questão muito simples, que provavelmente também terá uma resposta simples, para colocar ao Executivo, que é a seguinte: -

Qual é o ponto da situação em relação à actividade das Águas do Centro e a dinâmica que há, ou não, em relação ao problema da ETAR? O seu dimensionamento, ou a sua deslocação para outro local... Porque, como disse o doutor António Ferreira, é uma questão que é preocupante e, mesmo ali na zona Sul, em certos dias, de facto, exalam-se por ali uns odores muito pouco agradáveis e, gostaríamos de saber qual é o ponto da situação sobre esta matéria. –

Em relação às questões contabilísticas e performance do município do Entroncamento, que a doutora Isilda referiu, de facto, nós também lemos essa documento e achamos curioso e é bom que assim seja e, temos como bom esse documento e acho, de facto, que os grandes obreiros desse documento foram os funcionários da Câmara Municipal. Por isso mesmo, acho que era de propor um louvor aos funcionários pela sua eficiência e eficácia na gestão da coisa pública, como está patente no que aparece exarado nos documentos que nós já analisamos. -----

Portanto, era de propormos aqui um louvor público aos funcionários da Câmara, porque merecem. -----

Por outro lado, em relação a essa tarefa dos jovens arquitectos, é de facto importante para o Entroncamento que esses jovens venham trabalhar, venham exercer as suas funções. Porque, tendo em conta a desorganização urbanística que existe no nosso território, há aqui um manancial de trabalho para gente que quer apresentar serviço, gente que vem com novas ideias. Eles vão ter oportunidade de fazer uma avaliação global sobre o urbanismo no Entroncamento e é bom que o façam e que nos apresentem um documento bem fundamentado, bem sustentado tecnicamente e que nos mostrem a verdadeira face da cidade. E que, inclusivamente, nos possam apresentar propostas de como fazer uma cidade moderna, como fazer bem, como ter respeito para com os espaços públicos, etc., etc. -----

Portanto, o Entroncamento, de facto, vai ser um repositório de oportunidades. Congratulamo-nos com isso.”-----

Voltou a pedir a palavra **António Ferreira**: “Nós também nos congratulamos por se darem oportunidades aos jovens. Agora, parece que nós vamos ter que ter muito cuidado em relação a esta questão que está no fundo deste projecto. -----

Falou-se aqui dos jovens, é um projecto que dá oportunidade aos jovens de toda a Europa para fazerem estes projecto, mas, a nós, deve-nos preocupar outra coisa, que são os dois terços de área ferroviária da REFER, que esta quer rentabilizar como seu património e tem toda

---

a legitimidade para isso. Mas que nos cabe a nós, autarquia, acharmos ou não, que dois terços da área ferroviária vão para especulação imobiliária, essencialmente para especulação imobiliária. -

Não nos preocupa nada a questão da desafecção da área do Museu Nacional Ferroviário; não nos preocupa também a desafecção de alguma área para implantação de serviços ligados à ferrovia e à estação; não nos causa problema nenhum que parte dessa área, desses dois terços da área ferroviária, sejam para outras empresas e para o desenvolvimento de sectores produtivos (por exemplo, cedendo terrenos para um período de trinta, cinquenta anos), mas que depois não impeçam qualquer solução na área ferroviária no Entroncamento, no futuro ferroviário do Entroncamento. Agora especulação imobiliária, seremos totalmente contra. É evidente que não vamos ser fundamentalistas, sabemos que há situações dos bairros que necessitam também de ser revistas. Mas vamos salvaguardar o interesse futuro do Entroncamento como centro ferroviário.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Só queria dizer ao senhor engenheiro Ferreira Marques que, este louvor aos nossos funcionários, à gestão do nosso município, eu subscrevo em absoluto, porque, obviamente, para haver um bom exercício em dois mil e sete, ele foi dos funcionários e de quem coordenou esses funcionários. Foi dos funcionários e dos nossos autarcas. -----

Portanto, congratulo-me e louvo este resultado. -----

Relativamente à questão do urbanismo, eu acho que nós estamos a olhar o futuro. A questão do urbanismo e portanto dos jovens arquitectos e à possibilidade de uma proposta de intervenção no nosso concelho, nós estamos a olhar o futuro e, certamente vamos saber quais são as propostas que surgem desse trabalho que está a ser desenvolvido e, penso que a nossa preocupação é uma preocupação que vem de há alguns anos e, não queiramos olhar os problemas urbanísticos do Entroncamento como um problema de hoje! -----

Eu lembro-me de alguns quadros desta autarquia dizerem, que no seu tempo, no Instituto Superior Técnico, o Entroncamento era uma referência relativamente a alguns problemas urbanísticos e que durante muitos anos eles se mantiveram. -----

Espero que tenhamos a capacidade de, com o apoio daqueles que querem estar connosco, com a lucidez e a capacidade de olhar para trás, perspectivando o que vem aí, melhorar aquilo que nós apontamos como negativo e que queremos seja melhor para a nossa população.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Estamos a chegar ao fim deste ponto da ordem de trabalhos e, as referências aqui feitas e os factos apontados, o senhor Presidente da Câmara, no final do ponto quatro da ordem de trabalhos, não deixará de dar as respostas.” -----

Entrou-se de seguida no período de intervenção do público. -----

#### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra **Carlos Manuel Pires Rei Amaro**: “Gostaria de questionar os serviços camarários sobre um pequeno assunto que talvez seja de menos importância para a Assembleia Municipal, mas que, no fundo, eu acho que é preocupante. -----

Moro na rua de Goa e temos assistido então à reestruturação de todo o pavimento da rua de Goa e das ruas paralelas a esta. É muito bom, é muito proveitoso, carecia dessa intervenção já há muitos anos e não só agora antes do período eleitoral. -----

Foram feitas as primeiras intervenções de esgotos, a separação das águas pluviais da rede de esgotos e a renovação da rede de águas. Levantou-se o pavimento, levantaram-se os passeios, colocou-se novo pavimento, calcetaram-se os passeios. -----

Tudo muito bem. Mas passados uns dias, levantou-se novamente o pavimento, levantou-se novamente os passeios, para instalação da rede de gás. Foram recolocados novamente. -----

---

Quando eu pensei que finalmente estaria descansado na minha rua, passado dois dias, levantam-se novamente os passeios, corta-se o pavimento colocado há pouco tempo, para colocar a renovação da rede de iluminação da rua. -----

Eu acho que, em minha opinião e gostaria de colocar à consideração dos presentes, se efectivamente isto é ou não é um desperdício de dinheiros públicos? -----

Durante estas obras na rua de Goa, vários moradores pediram que os caixotes de lixo fossem encastrados nos passeios, ao que a Câmara respondeu, e penso que bem, que isso iria provocar o impedimento de pessoas com deficiência motora, que utilizassem o passeio. Eu concordo. Qual não é o meu espanto quando há poucos dias, vejo que as caixas que foram colocadas para a iluminação, impedem até a passagem de um peão no passeio! Das duas uma, ou se retiram as caixas, ou se encastram os caixotes de lixo nos passeios. -----

São estas duas questões que eu gostaria de colocar brevemente a este Executivo.” -----

Pedi a palavra **Joaquim Graça**: “Agora que já procedi à transferência eleitoral para a terra onde nasci, há mais de setenta e quatro anos, perante os legítimos representantes do povo soberano desta nossa terra – a quem cumprimento – e neste espaço reservado ao público, venho tecer umas breves fotografias do nosso Entroncamento. -----

Emigrante, cinquenta e oito anos – Eu e toda a minha família, fomos obrigados a emigrar para a Grande Lisboa, na busca de pão e trabalho, dado que não pertencíamos a qualquer grupo social dominante: ferroviários, militares e funcionários públicos. -----

Nós pertencíamos ao grupo dos indigentes que beneficiávamos do apoio das senhoras e filhas das pessoas de bem, cá da terra, que nos iam dar a sopa dos pobres e ao mesmo tempo exibiam as suas lindas indumentárias. -----

Para nós, restavam-nos as migalhas e as actividades mais servis! -----

Mas, jamais perdi os sentimentos com a minha terra, por isso para aqui mudei a minha residência. -----

Reencontro com a Capital do Comboio – Após a criação, em mil oitocentos e vinte e cinco, do transporte ferroviário, tal avanço tecnológico só veio a concretizar-se, em Portugal, em mil oitocentos e cinquenta e seis, com a inauguração da linha Lisboa – Carregado. -----

Em mil oitocentos e sessenta e três, com uma grande visão estratégica, o espanhol Dr. José Salamanca procedeu ao casamento entre a ponte da Pedra e o Largo das Vaginas, criando o Apeadeiro por onde passava a linha Santarém/Abrantes, esta criada em mil oitocentos e sessenta e dois. -----

E foi a partir deste enlace que se desenvolveu a capital do comboio que veio a concretizar-se no topónimo, chamado Entroncamento. -----

Mas a capital do comboio (ou cidade ferroviária como agora a designam – após abandonarem a designação cidade em movimento) foi abandonada pela empresa que se serviu do Entroncamento para ser uma das maiores de Portugal – a CP – Comboios de Portugal – após o seu desmantelamento em REFER, EMEF, INVESFER, etc., para assim aumentarem o número de administradores. -----

Entre outros, apenas, alguns sintomas desse abandono: -----

- O estado degradado da ponte pedonal; -----
- Nove linhas, nove passagens de nível, sem guarda e por elas passam, diariamente 20 ALFAS, em alta velocidade, com cerca de quarenta e cinco minutos de intervalo; -----
- O abandono das habitações dos ferroviários; -----
- O Grupo Desportivo Ferroviário ficou entregue à sua sorte; -----
- O não aproveitamento dos espaços militares; -----
- Os espaços para andar a pé estão mal tratados. -----

É uma terra que deixou degradar o património do passado e que desenvolveu o imobiliário e os negócios dos terrenos, cujas aquisições pouco se conhece. -----

---

Aliás, a este propósito é bem paradigmático a recente aquisição, por usucapião, do edifício onde funcionou a sopa dos pobres, porque em mil novecentos e quarenta e três “esqueceram-se” de registar a propriedade como património municipal. -----

A transição da capital do comboio para a actual realidade não foi efectuada apesar de vivermos em democracia há trinta e cinco anos. -----

Em mil novecentos e vinte e seis, criou-se a freguesia que ascendeu a vila em mil novecentos e trinta e dois, passando a concelho em mil novecentos e quarenta e cinco e, hoje, é cidade e tem duas freguesias e teve doze Edis – Presidentes de Câmara. -----

Já fui autarca e sei que todos aqueles que ocupam estes cargos de política local o fazem na “prosecução dos interesses das populações” como, aliás, se estabelece na CRP. -----

Ainda assim, há muito por fazer para se melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos entroncamentenses, sejam cá nascidos ou para cá vieram residir, dando prioridade às crianças, jovens e aos mais velhos que são muitos! -----

Dois reparos: -----

- Numa organização da Câmara Municipal do Entroncamento, de quatro a doze de Maio de dois mil e nove, grupos de cem pessoas deslocam-se a Lisboa, gratuitamente, para visitar os campos de futebol do Benfica e do Sporting. Eu prefiro ir ver o Ferroviário. -----

- Não há divulgação dos editais a convocar as reuniões autárquicas, onde a população tem direito de participar. São critérios dos gestores concelhios. -----

Disse que eram breves fotografias, por isso, vou ficar por aqui, reiterando as minhas saudações a todos sem excepção.” -----

Pedi a palavra **Mário Gonçalves**: “Tenho estado aqui a assistir a esta Assembleia Municipal desde o seu início. Falou-se aqui do Instituto Superior dos Transportes, da reestruturação da CP, falou-se da Manutenção Militar, questões de funcionamento interno da Assembleia Municipal. -----

São tudo questões interessantes e importantes a debater no nosso concelho, no entanto, não houve uma palavra nesta Assembleia para questões de segurança do nosso concelho, da nossa terra. -----

Como já devem ter notado, eu moro na Urbanização do Olival e, falou-se aqui, a bancada da Coligação Democrática Unitária, das questões de doença e de saúde pública que o Bairro Frederico Ulrich pode provocar. Mas, existem outras questões, que acontecem e que me deixaram tristíssimo quando eu vi, num jornal, a intervenção do excelentíssimo senhor Presidente, a dizer que não notava insegurança na nossa cidade, quando, ainda ontem, durante o dia, houve tiroteio, neste bairro! -----

Isto são questões importantíssimas que têm de ser levantadas, são questões que os moradores que moram naquela zona contactam todos os dias. São questões que a própria polícia não tem capacidade de resolver. Ou, pelo menos, revela que não há efectivos para isso. E é algo que a mim, me afecta muito pessoalmente, por viver pertinho daquele bairro. -----

Eu gostaria que houvesse alguma tomada de posição, eu gostaria que houvesse algo que esta autarquia fizesse em relação a isto. Relembrando também, salvo erro, que foi prometido à nossa população, em dois mil e cinco, que existiria uma polícia municipal. Não sei quem o propôs, nem quem não o propôs, mas eu penso que seria importante revermos isso, porque seria uma solução para este problema. Se a PSP não apresenta condições, então, se calhar, uma polícia municipal apresentaria essas condições. -----

Isto é apenas um assunto que eu estou a trazer a esta Assembleia e que gostaria que os senhores aqui debatessem, porque é importantíssimo e, neste momento, deve ser o principal problema da nossa cidade.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Devo dizer-lhe que é um grande problema do nosso país e que não é fácil. Esperemos que as coisas mudem e se possa sair à rua em segurança total como se fazia aqui há uns anos atrás. -----

Entrou-se de seguida no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

---

## ORDEM DOS TRABALHOS

### PONTO NÚMERO UM

“EMPRÉSTIMOS PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES AO ABRIGO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 191-A/2008. DE 27 DE NOVEMBRO: -----

- EMPRÉSTIMO PARA PAGAMENTO DE DIVIDAS A FORNECEDORES, COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS NO VALOR DE ATÉ 281.089 EUROS, PELO PRAZO DE ATÉ 5 ANOS. -----

- EMPRÉSTIMO PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES, COM A DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS NO VALOR DE 187.392 EUROS, PELO PRAZO DE 10 ANOS.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este documento, só lamento (e não é uma graça, mas infelizmente, tenho de pensar às vezes de uma forma “mais atravessada) que o Entroncamento não precise de ir buscar muito mais dinheiro, porque, pelos vistos, os municípios que devem muitíssimo mais dinheiro, conseguiram, pelas mesmas condições que nós vamos utilizar, ir buscar recursos, digamos a preço excepcional em termos de preço do dinheiro, para satisfazer compromissos que estão fora de prazo, ou que podem vir a estar fora de prazo, para com os credores ou fornecedores. -----

O Entroncamento tem procurado pagar, em tempo, as suas dívidas, os seus encargos e, portanto, é confrontado com uma possibilidade de usufruir de um “benefício” mas pequenino! Porque os nossos cerca de, não chega a quinhentos mil euros, são pequeninos, face ali aos doze milhões de Torres Novas que, a preços que nós vamos pagar, eles vão pagar também baratinho. Fizeram muita despesa, deixaram tudo com muita dificuldade, mas agora, de repente, conseguem pagar como nós e sem grandes dificuldades. -----

Sobre este empréstimo, a única coisa que eu posso dizer é, ainda bem, é possível e, é uma vantagem para os nossos fornecedores. -----

Portanto, o Partido Social Democrata vai aprovar.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Nós também estamos de acordo com o empréstimo. Mas há algumas questões sobre a forma como isto está a ser feito. Isto é dinheiro dos contribuintes! É dinheiro dos contribuintes a rodos, em vésperas de eleições, são formas e conteúdos legais pouco claros. Uns recebem tudo, outros não recebem nada. Recebem migalhas. -----

E isto deve ser criticado por nós e deve ser exigido por nós uma coisa muito simples – que a Lei das Finanças Locais se cumpra; a Lei das Finanças Locais sirva para financiar, de uma forma clara, os municípios. Nas contas, vem lá um gráfico sobre as transferências do Estado para as autarquias e vemos que, progressivamente, estagnaram as transferências para as autarquias. -----

No entanto, as transferências de competências, não estagnaram! -----

Portanto, isto que está aqui, são migalhas que estamos sujeitos a aceitar e, ainda bem que temos esta pequena atenção. Mas nós não vivemos de atenções, nós vivemos dos nossos direitos, porque os nossos contribuintes também pagam impostos! E pagam impostos da mesma forma que pagam os outros.” -----

De seguida, foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “O ideal de uma boa gestão, é que não haja passivos duradouros, que se ande meses, ou mesmo anos a descapitalizar os pobres fornecedores. Isso é que é o ideal. Não é andar com sentimentos de inveja, se a galinha do vizinho do lado é melhor que a minha. Isto do sentimento de inveja é uma coisa muito feia. -----

Portanto, o que era importante, de facto, é que não se chegasse ao cúmulo de andar a explorar os fornecedores, muitos deles sabe-se lá em que condições sobrevivem. -----

Se o dinheiro for de facto bem gerido, bem aplicado em investimento reprodutivo, em investimento social, digamos que, o dinheiro chegaria para pagar as dívidas, os compromissos. Seja lá qual for o partido que esteja envolvido nisto! Com dívidas, não têm o direito de estar a viver à custa dos pequenos e médios empresários que às vezes, nem se imagina as dificuldades -----

---

que têm. E não são só os serviços públicos que lhes devem. Todos nós sabemos como está a economia e sabemos o que se passa por aí, “pescadinhas de rabo na boca” e o que acontece é que estão todos com a “corda no pescoço”. -----

Portanto, era também útil, socialmente, que as Câmaras Municipais e os outros órgãos ponderassem quando estão a assumir dívidas e encargos; que façam uma seriação entre aquilo que é importante e aquilo que é secundário. Acho que é fundamental pagar a quem se deve; Assumir os compromissos; Não deixar as pessoas com a “corda no pescoço”. Porque são cidadãos, tentam, apesar de tudo, gerar algum emprego e, portanto, o ideal é não termos que andar a recorrer a estas esmolas, a estas sopas dos pobres, para podermos satisfazer algumas vaidades que as autarquias muitas vezes têm. -----

De qualquer das maneiras, temos que nos gratificar pelo facto do governo vir a dar uma ajuda a estes pobrezinhos que não são capazes de governar a sua vida. Portanto, nós temos, apesar de tudo, de estar satisfeitos, porque eles de facto têm em consideração os aspectos sociais, não só ao nível das pessoas, mas também ao nível das organizações. Percebem que de facto há deficit de capacidade e, portanto, tentam ser beneméritos para com a má gestão.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu não consigo deixar de me rir. Afinal de contas, eu só tenho pena, e não sendo no sentido de penalizar os fornecedores, de nós não termos uma efectiva má gestão. Porque se nós tivéssemos uma efectiva má gestão, se nós tivéssemos realmente dívidas a sério com fornecedores, nós teríamos ido buscar muito mais dinheiro a preço barato, do que efectivamente vamos conseguir ir! E se calhar, tínhamos dado aqui um grande empurrão às empresas que estão com dificuldade, porque estávamos com dívidas, mas agora conseguíamos pagar, porque este dinheiro é para pagamento a fornecedores. -----

É sabido que os nossos prazos de pagamento a fornecedores estão também muito bem nos rankings nacionais face aos concelhos vizinhos e, portanto, nós somos dos concelhos que paga relativamente mais cedo (talvez à nossa frente esteja Constância) na nossa região, no distrito de Santarém. -----

Portanto, eu só tenho pena, sem querer ser fastidiosa com esta questão, é de nós não devermos imenso dinheiro a fornecedores, porque era sinal que agora, vinha um «*bodo aos pobres*» e ainda iam dizer que tinha sido o governo que tinha dado o dinheiro! Independentemente depois de termos de o pagar, porque é um empréstimo. Nós estamos aqui a aprovar um empréstimo, a preço especial, mas que depois, obviamente, vamos ter de o pagar. Simplesmente é uma situação especial que, vai ser vantajosa para os munícipes, vai ser vantajosa para os nossos fornecedores (não quer dizer que sejam munícipes, podem ser pessoas de outros concelhos). Só é pena que nós não devamos tanto dinheiro assim, porque... são umas migalhas para o concelho.” -----

Foi dada a palavra a **Luís Grácio**: “Não me vou pronunciar sobre essas apreciações marginais que estão aqui a ser colocadas, algumas delas são folclóricas. -----

Nós votamos favoravelmente este empréstimo porque entendemos que os compromissos assumidos pela Câmara devem ser para cumprir. Portanto, é de bom-tom e é correcto que, e neste caso concreto, se aproveitem as condições especiais que foram criadas e que nós ressarçamos os nossos fornecedores das obrigações que assumimos.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um da Ordem de Trabalhos à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM** -----

O ponto número um da Ordem de Trabalhos – EMPRÉSTIMOS PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES AO ABRIGO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 191-A/2008. DE 27 DE NOVEMBRO: -----

- EMPRÉSTIMO PARA PAGAMENTO DE DIVIDAS A FORNECEDORES, COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS NO VALOR DE ATÉ 281.089 EUROS, PELO PRAZO DE ATÉ 5 ANOS. -----

---

- EMPRÉSTIMO PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES, COM A DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS NO VALOR DE 187.392 EUROS, PELO PRAZO DE 10 ANOS – foi **aprovado por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Entrou-se de seguida no ponto número dois da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO DOIS** -----  
**“EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAR O PROJECTO “ESCOLA BÁSICA 1.º CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA” ATÉ 1.265.000.00 EUROS, PELO PRAZO DE ATÉ 20 ANOS”**

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Este ponto dois trata de um empréstimo para financiar o projecto da Escola Básica do primeiro ciclo mais o Jardim de Infância, até um milhão duzentos e sessenta e cinco mil euros pelo prazo de vinte anos. -----

Sabe-se que o valor da obra é de dois milhões seiscentos e sessenta e quatro zero trinta e sete ponto setenta e quatro, correspondente a cem por cento. O QREN subsidia um milhão cento e vinte e sete oitocentos e oitenta e oito ponto vinte e sete, quarenta e dois vírgula três por cento. A parte do município é de duzentos e setenta e um mil cento e oitenta e nove vírgula quarenta e sete, dez vírgula dois por cento. -----

A totalidade do empréstimo é de um milhão duzentos e sessenta e cinco mil euros – quarenta e sete e meio por cento.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Foi aqui dito há pouco que os pobres não sabem governar a vida. Eu diria mesmo, os pobres e os ricos, como os donos dos bancos, que não sabem governar a vida neste momento. Mas isto é uma questão à parte. -----

O Entroncamento, de facto, necessita deste investimento. Contrariamente àquilo que, por desconhecimento foi dito há uns tempos atrás numa sessão, o Entroncamento continua a crescer e continua a necessitar cada vez mais de espaços para as crianças. A nível do ensino básico, a nível do ensino pré-escolar e a outros níveis. -----

É lamentável aquilo que neste momento se passa no ensino, que é o governo, cada vez mais, demite-se das suas responsabilidades, transfere muitas dessas responsabilidades para as autarquias e, por outro lado, nota-se, a nível do investimento, que o governo, cada vez mais, investe nas empresas privadas de ensino e, cada vez menos investe no sector do ensino público. Um ensino de qualidade, de acesso a todos, na forma principal de quebrarmos um ciclo vicioso, muitas vezes de pobreza e de exclusão social. -----

Portanto, aprovamos este empréstimo, apesar de acharmos que isto vai onerar extremamente os cofres da autarquia.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente a esta proposta, obviamente que o Partido Social Democrata vai vota-la favoravelmente. -----

Só lamento que, seja anunciado para o país e para o mundo que o governo dá setenta por cento para as escolas quando, na prática, o governo permite que sejam candidatas verbas para as escolas até quarenta e dois por cento do montante da obra. Isto porque, quando se fala nos tais setenta por cento, está-se a falar em salas de aula. -----

A escola não tem só salas de aulas, cada vez mais a escola é um espaço que tem outro tipo de infra-estruturas, porque a realidade actual assim o exige, porque as condições de segurança das crianças e jovens assim o exigem e, portanto, para além do espaço sala de aula, todas as outras condições que cumpram regras de segurança e qualidade e, nessa medida, o investimento do município vai ter de ser de um montante muito maior. Isto é, são cinquenta e oito por cento a parte do município. -----

A Câmara inclui na proposta que nos apresenta, uma parte de fundos próprios e, portanto, o montante a pedir, não é da totalidade do investimento que tem de ser feito, mas apenas de um bocadinho menos de metade. Portanto, só espero que, de facto, as verbas que

---

supostamente vão vir no âmbito do Quadro Comunitário, cheguem. Porque, infelizmente, aquilo que nos é dado a saber, é, o Quadro Comunitário nunca mais cá chega. Vai chegando aí a alguns sítios, vão-se apresentando documentos, vão-se fazendo projectos, às vezes projectos que estavam previstos para entrarem num formato e que têm de ser reformulados e depois, mudam as regras quando os projectos já estão feitos. Mas, mesmo mudando as regras, as decisões tardam em chegar. -----

O Entroncamento, especialmente eu acho isso, está a ser altamente penalizado neste Quadro Comunitário. Esperemos que esta obra seja, digamos, o motor de arranque, para os apoios no âmbito deste Quadro Comunitário e que nos seja possível, enquanto concelho e em prol da população, não para cada um de nós mas para a população, ir buscar algumas verbas ao Quadro Comunitário para o concelho do Entroncamento que, está a ser um bocadinho (para não dizer muito) mal tratado nesta matéria.” -----

Foi dada a palavra a **Luís Grácio**: “Este é mais um dos empreendimentos estruturante para a cidade. Na Carta Educativa, nós temos também uma nova escola para a zona norte. Aliás, a zona norte, em termos de população, tem vindo a aumentar e até em termos de população estudantil, significativamente. Provavelmente, neste momento, até será onde haverá mais necessidades. -----

Tem de se começar por algum lado, começa-se por aqui, tudo bem. -----

São necessárias novas infra-estruturas, é positivo a existência de população estudantil, população jovem. Neste caso, até são crianças. Portanto, significa que o Entroncamento está a rejuvenescer. Será um futuro, tanto melhor quanto as condições que nós possamos proporcionar aos nossos jovens e, portanto, é um investimento mais que necessário e vamos votar favoravelmente.” -----

De seguida, foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “De facto nós reconhecemos que as estruturas físicas do ensino, as chamadas escolas, estão de facto ultrapassadas. Foram construídas numa lógica e numa estratégia completamente diferente da que hoje é de bom uso e muitas delas têm sido, apesar de tudo, requalificadas, têm sido introduzidas melhorias através das preocupações das freguesias que tem melhorado, nalguns casos bastante, as condições de funcionamento das escolas de estrutura antiga. -----

De facto, está na hora de as substituir por estruturas mais modernas, com uma filosofia completamente diferente do passado. As exigências são outras, a procura de novas oportunidades são outras, as aprendizagens são outras, as pedagogias são outras e, portanto, é necessário de facto renovar o parque escolar e, por conseguinte, esta iniciativa da Câmara Municipal de avançar com este propósito tem o nosso apoio. Achamos e reconhecemos que são obras importantíssimas. -----

Como disse o deputado Luís Grácio, na zona norte também são necessárias, nós sabemos que não pode ser feito tudo ao mesmo tempo mas, quando for oportuno, que se avance também para o norte da cidade. Achamos que de facto é esta iniciativa é para a zona sul, pois vai certamente melhorar as condições ensino/aprendizagem. -----

Esperemos que as Juntas de Freguesia e a Câmara, tenham capacidade e imaginação para fazer isto com as verbas que são possíveis, com as que tiverem que vir de fora, com as que tiverem de ir buscar a outro lado qualquer. Nós sabemos que não é fácil gerir estas coisas, mas, que façam o melhor que souberem, porque são estruturas que, de facto, são estruturantes, são precisas e nós apoiamos e vamos votar favoravelmente.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “O deputado Ferreira Marques levantou aqui uma questão que me faz reflectir, conjuntamente convosco, e que tem a ver um pouco com as condições destas infra-estruturas. -----

Falou nas infra-estruturas antigas, eu também já ou uma pessoa antiga e recordo-me perfeitamente de como é que eram as escolas e, também sei como é que são algumas escolas que nós temos até no nosso concelho, concretamente. Algumas foram copiadas ou trazidas de outros sítios que não tem nada a ver com a nossa vivência, com a nossa prática, com a nossa relação

---

entre humanos e que causam grandes complicações e dificuldades na actividade. Estou a referir-me concretamente à Escola n.º 1. Esta é uma escola importada, salvo erro, dos países nórdicos – espaços abertos – *open space*. Para quem já trabalhou em *open space* talvez compreenda a dificuldade que às vezes se tem em fazer concentração, por causa dos ruídos, este propagam-se muito facilmente. -----

Portanto, eu faço aqui um alerta, não sei como é que é o projecto desta nova escola, mas faço aqui um alerta para que ouçam os profissionais, perguntem-lhes como é que eles consideram que as coisas podem ser feitas. Porque, provavelmente, terão muito a aprender. -----

As coisas, no fim de estarem feitas, estão feitas e depois as pessoas têm de viver com o que têm. Mas de facto, é preciso ponderar antes de fazer.” -----

Ninguém mais querendo intervir sobre a matéria, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois da ordem dos trabalhos à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS** -----

O ponto dois da ordem de trabalhos – EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAR O PROJECTO “ESCOLA BÁSICA 1.º CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA” ATÉ 1.265.000.00 EUROS, PELO PRAZO DE ATÉ 20 ANOS – foi **aprovado por unanimidade com vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Entrou-se de seguida no terceiro ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

#### **“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO”** -----

Foi dada a palavra a **Manuel Mesquita**: “Ao analisarmos as contas de dois mil e oito, verificamos que as receitas referentes aos impostos pagos pelos munícipes, bem como as referentes aos serviços prestados pela Câmara, continuam a aumentar em valores bem superiores à taxa de inflação, o que revela os sacrifícios que são impostos aos residentes no concelho. -----

O mesmo não se verifica em relação à receita obtida em rubricas que realçam o dinamismo ou a sua ausência, da actividade económica no concelho. O facto de o valor da receita obtida na derrama ter sofrido uma redução de sessenta e sete por cento em relação a dois mil e sete, é só por si um bom indicador. -----

Verificamos também que a receita obtida no estacionamento, não vai além de vinte e três mil e trezentos euros. Se tivermos em conta que o parque na Praça Salgueiro Maia, com cerca de duzentos lugares de estacionamento deveria ser um apoio e incentivo ao comércio local, temos de tirar a conclusão de que o mesmo não está a desempenhar com eficácia o fim com que foi construído. -----

O mesmo se passa em relação a outras obras já concluídas, como seja o espaço multiusos, o qual, devido à sua localização, pouco ou nada contribui para a dinamização da actividade económica dos residentes. -----

Em relação às obras em curso, não podemos deixar de manifestar o nosso desacordo em relação às opções tomadas pela Câmara. -----

É certo que o Partido Socialista votou a favor da realização das obras em curso, mas, no pressuposto de que as mesmas iriam ser comparticipadas com fundos comunitários. Contudo, o que verificamos, é que as mesmas estão a ser executadas, quase exclusivamente, à custa de empréstimos bancários, o que vai contribuir para agravar a dívida da Câmara, o que, por sua vez, irá condicionar as opções no futuro. -----

Várias vezes já referimos nesta Assembleia que não basta gastar dinheiro. Os dinheiros públicos, sobretudo os que são gastos em obras, deviam constituir investimentos que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações. -----

---

Dada a situação económica que o país e o mundo atravessam, pensamos que deveria haver alguma contenção nos gastos e as opções a tomar deveriam ter em vista, não só a criação directa de postos de trabalho, assim como a dinamização da economia local. -----

Consideramos que a quase totalidade das obras em curso, no contexto actual, não se justificam e por isso, as opções deveriam ter sido outras. Gostaríamos, por exemplo, de ver construída uma nova Biblioteca. Gostaríamos de ver qualificado e dinamizado o Mercado Diário, por forma a que ele fosse, como foi no passado, dinamizador do comércio envolvente. Gostaríamos também de ver executados trabalhos de melhoramento na Ribeira de Santa Catarina, de modo a não sermos confrontados com sucessivos abatimentos que, inclusive, poderão vir a causar danos pessoais. -----

Para além de não concordarmos com as opções tomadas, não podemos deixar de manifestar o nosso desacordo com o calendário com que todas as obras são executadas. O calendário eleitoral não obriga a que todas as obras sejam feitas ao mesmo tempo. Mas o facto é que o Entroncamento está transformado num imenso estaleiro. -----

Temos também a perguntar o seguinte: -----

Para quando a conclusão das obras na Praça da República ou no Largo José Duarte Coelho? -----

As sucessivas prorrogações de prazo para a sua conclusão, leva-nos a pensar que estamos perante obras semelhantes à do edifício do Millenium. -----

Qual o interesse em protelar a sua conclusão? -----

Aguardar pela proximidade das eleições, sem ter em conta o transtorno que as mesmas provocam? -----

Pelo exposto, iremos votar contra este documento.” -----

Foi dada a palavra a **Luís Grácio**: “Em vinte e nove de Dezembro de dois mil e sete afirmamos, nesta Assembleia, que a proposta de orçamento que nos foi apresentada não divergia em nada dos anteriormente apresentados pela maioria Partido Social Democrata que dirige a Câmara, pois mantinha o adiamento de intervenções inadiáveis no tecido urbano da cidade, para os quais havíamos vindo a alertar e a propor soluções, algumas das quais foram aprovadas por unanimidade, como por exemplo a proposta estruturante para a habitação social, que até então, como até agora não teve qualquer alteração, nem previsão de que se pretenda fazer algo. -----

Perguntávamos e voltamos a questionar, que tratamentos têm as decisões camarárias? -

As soluções propostas pela oposição e votadas por unanimidade são só para ficar no papel? -----

Por serem justas, equilibradas e pertinentes, são aprovadas tacitamente, pois será a melhor maneira de as rejeitar, dado que, ao serem aprovadas, se foge ao ónus de ter que explicar porque se vota contra e simultaneamente se inviabilizam, não lhe dando qualquer seguimento. –

Ao remete-las ao limbo do esquecimento, procura-se evitar que reapareçam na agenda política e assim se mascarar de “democrática” uma prática que tem tudo de autoritária, pois assente em decisão colectiva tem o boicote duma parte. -----

Não estão esquecidas as propostas estruturantes e inadiáveis para a cidade, que o Bloco de Esquerda apresentou em devido tempo e breve voltaremos a elas, pois não podemos mais protelar o que se torna urgente. -----

Ao longo do tempo fomos propondo outras formas de ver as receitas e as despesas, tendo apresentado, em sede e tempo próprios alternativas para o que de facto mexe com o sentir e as preocupações dos nossos concidadãos, nomeadamente: -----

- Fizemos propostas relativamente ao IMI, desonerando os orçamentos familiares e tornando este imposto um imposto mais justo e equitativo; - não podemos deixar de registar a elevada cobrança do IMI, principal imposto directo, cuja cobrança ultrapassou em cerca de vinte e três por cento o montante previsto. -----

- Também relativamente à derrama procuramos que esta fosse mais equilibrada, apresentando uma solução progressiva, escalonada, que tivesse em conta a real situação

---

económico-financeira das unidades empresárias do concelho. – Também aqui registre-se a baixa cobrança da derrama. Estava previsto arrecadar duzentos e quarenta e dois mil euros, mas só entraram cento e cinquenta e sete mil euros nos cofres municipais e a maior parte destes, já neste ano de dois mil e nove. O que vem demonstrar a justeza na nossa anterior proposta. -----

Na altura apelidamos o orçamento, do orçamento e plano de actividades do alcatrão, pois era nesses domínios que estavam previstas as maiores verbas de investimento, cerca de cinco milhões oitocentos e setenta e três mil euros. – Todavia, por vicissitudes várias, nomeadamente questões relacionadas com a aplicação do QREN e convenhamos alguma oportunidade político-eleitoral, estávamos nas vésperas de ano de eleições autárquicas. O Programa 08 – Rede Viária e Arruamentos – teve um grau de execução de onze vírgula zero quatro por cento. – Sem mais comentários. -----

- A par desta evidência são continuamente adiadas outras promessas: -----

- Continua adiada a casa da juventude, que de mandato para mandato é agitada como bandeira de propaganda, somente para caçar votos; -----
- Continua adiada a biblioteca, que igualmente não passa do papel; -----
- Continua adiada a requalificação do Cine-Teatro São João, que continuará a ser mais uma bandeira de propaganda; -----
- D nova ETAR, só o silêncio; -----
- Não podemos deixar de realçar a intenção, pois não tem passado de mais do que uma intenção, o mais uma vez adiado desvio da Ribeira de Santa Catarina; -----
- A necessária, urgente e estruturante reabilitação na área da habitação social, etc., etc..... -----

Ou seja: as acções de fundo de que a cidade carece, são constantemente adiadas. -----

Este ano será, estamos certos, um ano crucial na vida da cidade, pois os nossos concidadãos terão a possibilidade de fazer escolhas. Esperamos que todos os que se apresentarem ao escrutínio popular sejam claros nas suas propostas e dessa forma fique claro para os eleitores que visão de cidade cada força política sugere. -----

Por se tratar de um voto político, não de um voto contabilístico e sendo tão claras as diferenças de propostas e estratégias políticas que nos separam da governação da cidade, conduzida pelo Partido Social Democrata, em consciência só podemos votar contra as presentes contas.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “O parecer de certificação legal das contas foi-nos entregue no início desta sessão, mas ele foi elaborado em seis de Abril de dois mil e nove. Neste momento é importante e eu penso que a Câmara e o senhor Presidente da Assembleia, na próxima vez, nos providencie este documento um bocadinho mais cedo, porque ele também é importante na análise que fazemos. -----

Em relação ao relatório e contas dois mil e oito, ele revela uma continuidade da gestão inadequada do concelho do Entroncamento. -----

O relatório e as contas de actividade municipal relativas a dois mil e oito, representam fraca execução orçamental, devido, sobretudo, a obras por fazer. -----

A Coligação Democrática Unitária realizou uma análise detalhada dos documentos de gestão apresentados e comprovou a justeza das críticas, reservas e apreensões ao longo dos anos. E estas reservas e críticas foram colocadas todos os anos. -----

Mantemos as nossas preocupações sobre o rumo definido. A situação que daí decorre e os efeitos negativos no desenvolvimento do concelho e na vida das pessoas. -----

Se quiserem seguir o raciocínio de parte da minha intervenção, no parecer da certificação de contas, há um quadro no final e é fácil de entender algumas das questões que vou aqui levantar. -----

Diminuíram as receitas, a taxa de execução global da receita ficou em cinquenta e oito vírgula trinta e três por cento, a taxa de execução das receitas de capital foi somente de vinte e três vírgula oito por cento. Podem dizer aqui que a Câmara tem uma atenuante, que é a questão

---

dos atrasos em termos do QREN. Mas agora estamos em obras e os dinheiros do QREN também ainda não vieram! Portanto, há essa desculpa, eu aceito-a em parte, não na totalidade. -----

Ao nível dos impostos directos, a execução atingiu cento e doze vírgula quatro por cento. -----

Eu estive a ver contas de outros municípios e digo-lhes que, o nosso município ao nível da cobrança de impostos directos, teve uma muito boa execução. E isto deve-se essencialmente ao IMI. Ou seja, ao imposto cobrado sobre o direito à habitação. Se acrescentarmos a isto o IMT que também incide em parte sobre o direito à habitação no nosso concelho, vemos que, a subida dos impostos directos no Entroncamento teve, essencialmente, a ver com o esforço suplementar das famílias. -----

Portanto, esta política é uma política geradora de injustiças e desigualdades que, neste caso, se ataca o direito à habitação, mas que tem uma origem que é aproveitada pela nossa Câmara (aproveitada no nosso concelho desta forma), mas que tem também uma origem no governo anterior que elaborou uma Lei que nos colocou na situação em que estamos. -----

A Coligação Democrática Unitária tinha razão quando, no ano passado, rejeitava estas taxas máximas de IMI. Estas taxas foram propostas e aprovadas para este ano com os votos do Partido Social Democrata, que levaram a isto! Ao aumento das receitas de IMI numa década, de seiscentos mil euros, para dois milhões e tal de euros. -----

É evidente que diminuí o endividamento e que é de louvar o esforço da Câmara na contenção do endividamento, na diminuição do endividamento, mas essa contenção, esse esforço, foi feito em dois mil e oito, à custa das famílias que, ainda por cima, foram agravadas por taxas de juros extremamente elevadas! E, com dificuldades enormes no nosso concelho. ----

A Derrama só paga quem pode, quem tem lucro e, portanto, nessa questão, não temos a consciência pesada. Quem tem lucro paga Derrama, quem não tem, como está aqui comprovado, as dificuldades económicas do concelho levaram a uma queda abrupta em termos de receitas de Derrama. Passaram de duzentos e tal mil, para setenta mil euros. Mas também só paga quem pode. Quem pode, ou quem não foge. -----

Em relação às despesas, temos uma taxa de execução nas despesas de quarenta e nove vírgula três por cento, puxada para baixo pelos valores das despesas de investimento. Porque as receitas em termos de despesas correntes, essas, mantiveram-se a um nível bastante alto. Aliás, chamo a atenção para o facto de que, durante o exercício, foram feitas várias alterações orçamentais que levaram a reforçar a despesa corrente e a diminuir nas verbas para o investimento. Mesmo assim, a taxa de execução aqui nas despesas correntes, são elevadas. -----

E onde é que isto se reflecte essencialmente? Nas funções sociais que foram quase ignoradas, com treze vírgula oito por cento de execução; nas funções económicas onde se atingiu só dezoito vírgula sete por cento do investimento previsto. Portanto, isto tem reflexos a médio e longo prazo sobre a actividade dos agentes económicos no nosso concelho. -----

Chamo ainda a atenção de uma outra questão que é a seguinte: as obras que estão a ser feitas e começaram no ano passado, são obras que são essenciais. Apesar de termos aprovado o empréstimo de investimento, porque achámos que o devíamos fazer, até para pagar a fornecedores e facilitarmos a vida nos investimentos da Câmara que são essenciais à revitalização do tecido económico do concelho, chamamos a atenção para o facto de que estamos em desacordo com as prioridades. Nós temos ainda um bairro no nosso concelho e mais umas zonas no nosso concelho que ainda não têm infra-estruturas de saneamento básico! Mais concretamente, o bairro dos Casais Formigos, o bairro da REFER e mais uma ou outra zona do Entroncamento. Portanto, num concelho como o nosso, isso é inadmissível. -----

Aceitamos passivamente o legado que vem do passado e nestes dois mandatos do Partido Social Democrata, estes não tiveram a capacidade de tentar resolver este problema. -----

Por fim, chamamos a atenção que de facto, dos trabalhadores da área da Câmara, que nos apresentam as contas, assim como dos outros, temos as melhores referências sobre quem

---

trabalha nesta Câmara a nível do trabalho que nos é apresentado. Continuamos a louvar a forma de apresentação dos documentos.” -----

De seguida, foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, embora reconhecendo que o projecto da Biblioteca Municipal era um projecto que fazia parte das ambições também deste executivo, é sabido que, por força da não existência de apoios nesta matéria e por força dos encargos que viriam, ou que teriam de ser assumidos para o município com uma nova Biblioteca, nomeadamente ao nível do Quadro de Pessoal, que implicaria deixar de cumprir a Lei, porque temos limitações que o Entroncamento tem escrupulosamente cumprido no que toca a não aumentar os custos com o pessoal e, ao ter uma biblioteca iria ter cerca de dezoito pessoas a mais (se não estou em erro), aumentando muitíssimo os Quadros do município, penso que, todos nós entendemos que terá sido uma opção razoável (isto para não dizer boa, porque alguns não concordarão que é boa). -----

Até porque, as dinâmicas actuais em torno das bibliotecas, fazem com que muitas vezes a utilização de bibliotecas não seja como era há uns anos atrás. -----

Portanto, entre fazermos uma obra para ficarmos com muito mais custos, para deixarmos de cumprir regras ou assumir a intervenção que foi assumida na actual Biblioteca Municipal, penso que a opção foi uma boa opção. -----

Não quer dizer que não perceba a aspiração, que também era uma aspiração dos eleitos do Partido Social Democrata, mas, como todos nós sabemos, quando há que decidir o que é que podemos gastar e como, como tiveram essa experiência no passado recente alguns dos nossos autarcas, nomeadamente no executivo, é extremamente difícil decidir o que é que se tira, ou o que é que se põe, dentro das possibilidades que temos. -----

E de facto, houve necessidade de decidir. Não podíamos ter uma biblioteca, porque não havia recursos financeiros e era mais um encargo muitíssimo grande para a autarquia. Portanto, é, se calhar, um sonho adiado. Mas que será adiado também, porque não houve condições externas ao município que facilitassem o desenvolvimento de um projecto, a poder ser um projecto consistente, a poder ser um projecto absolutamente legal em termos de exercício económico do município. -----

Também e porque houve algumas intervenções anteriores que fizeram algumas referências, quando é feita (digamos) uma crítica aos investimentos que estão a ser feitos, ou à chamada falta de contenção de gastos, nomeadamente às obras, e sempre com a preocupação de não hipotecar o concelho, eu devo dizer-lhes que tenho alguma dificuldade em compilar a informação. -----

Quando se aposta no investimento em grandes obras, em fazer obras que não estavam previstas para o imediato, mas que até se vão fazer para dar saúde às nossas empresas, para manter a economia a funcionar e depois isso serve para o país, serve para diversas áreas e não é visto como eventualmente positivo. É que nem sequer há o eventualmente! É logo visto como negativo para o concelho. Tenho alguma dificuldade nisso, porque, de facto, é aquilo que está a acontecer com o aeroporto, com o TGV, na área da educação, nisto, naquilo e naqueloutro. -----

Quando toda a gente diz que o país está economicamente muito débil, que as pessoas e as famílias estão com dificuldades mas que todos nós vamos sentir mais. E portanto, que há dificuldades económicas, que a economia está a andar para trás, o Governo decide que vai avançar com obras mais depressa, que vai dar mais obras e fazer mais obras. É bom para o Governo. E, afinal, para o Entroncamento não é bom? Não percebo. -----

Também gostava de referir que, relativamente à intervenção na ribeira de Santa Catarina, na informação do senhor Presidente da Câmara há uma nota relativamente a um processo de trabalhos que está em curso. Se não estou em erro, página sete da informação do senhor Presidente, está inclusa essa informação. -----

Falou-se já sobrejamente sobre a questão dos impostos, nomeadamente do IMI. Se é certo que nós estamos a “sofrer” aquilo que foi a actualização cadastral por um lado, aquilo que foi o término de muitas isenções por outro e, muitos de nós sentimos na carteira tudo isso, e o

---

município de algum modo está a beneficiar de um conjunto de factores que também incluem este, não deixo de referir que, também foi extremamente “prejudicado”, por exemplo, no que toca à cobrança do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas. Isto é, o Entroncamento, no ano dois mil e oito, levou uma quebra de quase cinquenta por cento em relação à Transmissão de Imóveis, no que toca à cobrança de impostos para o município. Tal como, no que toca a loteamentos e obras. Isto é, deixámos de cobrar cerca de um milhão de euros face ao ano anterior. Ou, no que toca às taxas de urbanização que, aquelas que são da responsabilidades de empresas, significaram para o nosso município, menos quase oitocentos e sessenta mil euros.

Digamos que, nem o “infeliz” do nosso IMI e, quando eu digo infeliz, desculpem-me é mesmo entre aspas, porque é aquele que normalmente é apontado como o significativo (de facto é significativo), mas nem a diferença de IMI que nós recebemos consegue compensar, nem de perto nem de longe, aquilo que foram as verbas que nós não recebemos. Grosso modo, nós recebemos, ao nível da cobrança de impostos e taxas, menos dois milhões e duzentos mil euros do que no ano anterior. E, meus senhores, dois milhões e duzentos mil euros teriam dado imenso jeito para, por exemplo, não recorrermos a este empréstimo que acabámos de aprovar. –

É resultado da situação económica que nós, aqui, mais do que nunca, conseguimos ver reflectida já no concelho. Se calhar, nós, Entroncamento, não estamos a sentir ainda tanto como noutros concelhos o efeito da crise, mas, se queríamos melhor mostra do que aquilo que é a crise reflectida no Entroncamento, temos aqui uma diferença de cobrança de impostos para o município, de dois mil e oito face a dois mil e sete, de dois milhões e duzentos mil euros. É muito dinheiro, meus senhores. -----

Ainda relativamente a este orçamento e relatório de contas, queria só dizer que o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este documento. -----

Houve de facto muito menos venda de terrenos do que aquilo que estava previsto; houve muito menos impostos cobrados, houve acima de tudo, a perspectiva de fazer o melhor possível e de, face à situação com que nos defrontamos, procurar cumprir e fazer cumprir a Lei e as regras, com a colaboração dos trabalhadores da autarquia, com a colaboração dos responsáveis e, aguardando ansiosamente que o QREN e que aquilo que o Governo nos pode, ou devia transferir, seja uma realidade. -----

Continuo e gostava de deixar claro, que continuo a lamentar profundamente que sejamos, enquanto munícipes, cidadãos contribuintes, aqueles que mais pagam no distrito per capita e aqueles que menos recebem. -----

Isto é, cada um de nós, paga impostos mais do que qualquer um dos outros munícipes do distrito de Santarém e cada um de nós, para o concelho do Entroncamento, nas contribuições do Governo, recebe menos que qualquer um dos munícipes dos distrito de Santarém. -----

Não é justo e é um lamento que eu gostava que chegasse mais além, porque é penalizador para todos os munícipes do Concelho do Entroncamento.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Nós vamos votar desfavoravelmente a apreciação do Relatório de Contas e Actividade, mas temos algumas questões a dizer: -----

Entendemos que de facto houve uma melhoria nalguns indicadores, sobretudo em termos da dívida. Não foi uma desgraça completa; -----

Em relação às obras, de facto, muitas das obras são obras de fachada, no entanto, uma ou outra obra, nos bairros, são de fundamental importância e estão a ser bem executadas neste momento. -----

No entanto, continuam a não ser as nossas prioridades. Às zonas verdes, às zonas de jardins, aos problemas de saneamento, achamos que não foi dada a devida importância a essas áreas. -----

Portanto, não poderemos votar favoravelmente este orçamento. -----

Em relação à questão que foi aqui falada sobre o imposto municipal sobre transacções, de facto tivemos uma queda em relação ao ano anterior (dois mil e sete), mas de facto, dois mil e sete foi um ano excepcional e caímos de cerca de dois milhões das receitas, para um milhão e

---

meio das receitas. Mas, tínhamos aumentado, nessa altura, de um milhão para dois milhões. Ou seja, foi repor um bocado o equilíbrio e continua a ser o segundo melhor ano nos últimos dez anos. -----

Agora, de facto, houve uma queda acentuada em diversos indicadores, em diversas receitas, que são extremamente preocupantes. A queda abrupta na derrama, nos impostos directos, nas licenças e nas multas. Só nestas rubricas, foi um milhão e meio de euros que, em parte, foram compensados pelo aumento dos impostos directos. E a execução da Câmara foi também uma das mais elevadas daqueles municípios que eu vi – em termos de receitas, noventa e quatro por cento. Isto tem a ver, essencialmente, com o esforço das famílias. Não devemos esquecer isto. E as famílias não podem ser carregadas desta forma na situação em que estamos. Já o ano passado o dizíamos.”-----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “Nós gostávamos de saber qual o ponto da situação da relação entre a Câmara Municipal e a ADSE no que diz respeito aos pagamentos de transferências para a ADSE? -----

Nós vimos, por exemplo, em dois mil e sete, quando nós levantámos o problema, e a Câmara, na voz do senhor Presidente, nos disse que ia tentar negociar uma plataforma de pagamentos diferenciados. Presumimos que isso terá sido efectuado. -----

No entanto, há aqui uma questão que nos levanta algumas dúvidas – vimos nos documentos que nos foram entregues que a Câmara tem uma dívida para com a ADSE no valor de trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e setenta euros. Em dois mil e sete, tínhamos trezentos e trinta e tal mil euros. O que quer dizer que há aqui qualquer coisa que falha. -----

Se entretanto estão a ser pagas dívidas anteriores, escalonadas por meses, aparece-nos agora este número, trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e setenta euros? -----

Pela análise que aqui fiz disto, há aqui um diferencial bastante significativo e gostávamos de ser esclarecidos qual a relação do deve /haver com a ADSE. -----

Por outro lado, queria realçar aqui um aspecto: Em relação às obras que se andam por aqui a fazer, algumas delas são necessárias, outras nem tanto, nós constatamos que, por exemplo, há passeios que foram elevados praticamente para o nível de cota de soleira! Isto quer dizer que, quando chove, entra água para dentro das casas. -----

Também quero aqui realçar um aspecto importante sobre a questão da gestão, da coisa pública, dos dinheiros públicos. O senhor Presidente da República, ainda esta semana um fórum de empresários cristãos, classificou de pecado a má utilização dos dinheiros públicos. Portanto, esperemos que esteja vedado o acesso ao céu a alguns pecadores. -----

Nós vamos votar contra.” -----

Ninguém mais querendo intervir sobre o assunto em debate, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três da Ordem de Trabalhos à votação. -----

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O ponto número três da Ordem de Trabalhos – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO – foi **aprovado por maioria**, com **doze votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **onze votos contra**, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

### **DECLARAÇÃO DE VOTO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA** -----

*«Em vinte e nove de Dezembro de dois mil e sete afirmamos, nesta Assembleia, que a proposta de orçamento que nos foi apresentada não divergia em nada dos anteriormente apresentados pela maioria Partido Social Democrata que dirige a Câmara, pois mantinha o adiamento de intervenções inadiáveis no tecido urbano da cidade, para os quais havíamos vindo a alertar e a propor soluções, algumas das quais foram aprovadas por unanimidade,*

---

como por exemplo a proposta estruturante para a habitação social, que até então, como até agora não teve qualquer alteração, nem previsão de que se pretenda fazer algo. -----

Perguntávamos e voltamos a questionar, que tratamentos têm as decisões camarárias? As soluções propostas pela oposição e votadas por unanimidade são só para ficar no papel? -----

Por serem justas, equilibradas e pertinentes, são aprovadas tacitamente, pois será a melhor maneira de as rejeitar, dado que, ao serem aprovadas, se foge ao ónus de ter que explicar porque se vota contra e simultaneamente se inviabilizam, não lhe dando qualquer seguimento. -----

Ao remete-las ao limbo do esquecimento, procura-se evitar que reapareçam na agenda política e assim se mascarar de “democrática” uma prática que tem tudo de autoritária, pois assente em decisão colectiva tem o boicote duma parte. -----

Não estão esquecidas as propostas estruturantes e inadiáveis para a cidade, que o Bloco de Esquerda apresentou em devido tempo e breve voltaremos a elas, pois não podemos mais protelar o que se torna urgente. -----

Ao longo do tempo fomos propondo outras formas de ver as receitas e as despesas, tendo apresentado, em sede e tempo próprios alternativas para o que de facto mexe com o sentir e as preocupações dos nossos concidadãos, nomeadamente: -----

- Fizemos propostas relativamente ao IMI, desonerando os orçamentos familiares e tornando este imposto um imposto mais justo e equitativo; - não podemos deixar de registar a elevada cobrança do IMI, principal imposto directo, cuja cobrança ultrapassou em cerca de vinte e três por cento o montante previsto. -----

- Também relativamente à derrama procuramos que esta fosse mais equilibrada, apresentando uma solução progressiva, escalonada, que tivesse em conta a real situação económico-financeira das unidades empresárias do concelho. – Também aqui registe-se a baixa cobrança da derrama. Estava previsto arrecadar duzentos e quarenta e dois mil euros, mas só entraram cento e cinquenta e sete mil euros nos cofres municipais e a maior parte destes, já neste ano de dois mil e nove. O que vem demonstrar a justeza na nossa anterior proposta. -----

Na altura apelidamos o orçamento, do orçamento e plano de actividades do alcatrão, pois era nesses domínios que estavam previstas as maiores verbas de investimento, de cerca de cinco milhões oitocentos e setenta e três mil euros. – Todavia, por vicissitudes várias, nomeadamente questões relacionadas com a aplicação do QREN e convenhamos alguma oportunidade politico-eleitoral, estávamos nas vésperas de ano de eleições autárquicas. O Programa 08 – Rede Viária a Arruamentos – teve um grau de execução de onze vírgula zero quatro por cento. – Sem mais comentários. -----

- A par desta evidência são continuamente adiadas outras promessas: -----

- Continua adiada a casa da juventude, que de mandato para mandato é agitada como bandeira de propaganda, somente para caçar votos; -----
- Continua adiada a biblioteca, que igualmente não passa do papel; -----
- Continua adiada a requalificação do Cine-Teatro São João, que continuará a ser mais uma bandeira de propaganda; -----
- D nova ETAR, só o silêncio; -----
- Não podemos deixar de realçar a intenção, pois não tem passado de mais do que uma intenção, o mais uma vez adiado desvio da Ribeira de Santa Catarina; -----
- A necessária, urgente e estruturante reabilitação na área da habitação social, etc., etc.... -----

Ou seja: as acções de fundo de que a cidade carece, são constantemente adiadas. -----

Este ano será, estamos certos, um ano crucial na vida da cidade, pois os nossos concidadãos terão a possibilidade de fazer escolhas. Esperamos que todos os que se apresentarem ao escrutínio popular sejam claros nas suas propostas e dessa forma fique claro para os eleitores que visão de cidade cada força política sugere. -----

---

*Por se tratar de um voto político, não de um voto contabilístico e sendo tão claras as diferenças de propostas e estratégias políticas que nos separam da governação da cidade, conduzida pelo Partido Social Democrata, em consciência só podemos votar contra as presentes contas.* -----

**PONTO NÚMERO QUATRO** -----

**“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO”** -----

Pediu a palavra **Fátima Roldão**: “Em relação a esta informação, congratulamo-nos, de certa forma, por vermos já alguns assuntos tratados que não víamos nas anteriores informações. Nomeadamente, algumas informações relativas à educação, à acção social, à juventude e à cultura. -----

No entanto, achamos que ainda persiste algum desequilíbrio entre as áreas urbanística e financeira. A informação relativa a essas duas áreas e as restantes áreas. -----

Nomeadamente, em relação à cultura, é apresentada apenas uma frase, muito simples, onde se diz que, foi cumprida a agenda cultural do primeiro trimestre. -----

Também poderíamos dizer, por exemplo, que foi cumprida a previsão orçamental e, estaria tudo dito sobre a área financeira, ou poderíamos dizer que foram cumpridas todas as empreitadas previstas e, estaria tudo dito sobre a área urbanística e obras municipais. -----

Portanto, achamos que há algumas coisas mais a especificar e, nomeadamente, na área da cultura. É aquela que eu irei agora com mais detalhe referir-me, pois nós gostaríamos de saber especialmente como é que foi cumprida a agenda cultural. Uma vez que também temos esses dados relativos a outras áreas municipais. -----

Então, deixamos aqui algumas perguntas que gostaríamos de ver especificadas nesta informação e que futuramente gostaríamos de ter dados. -----

Os custos da programação de cada agenda cultural; -----

O número médio de espectadores; -----

O número de participantes nos ateliers que existem na Agenda Cultural; -----

Os dados sobre os programas pedagógicos com as escolas; -----

O nível de ocupação dos espaços culturais (para nós também será um dado importante). -----

Os custos com investimentos em equipamentos culturais para a dotação dos espaços; --

O número de bilhetes vendidos para cada espectáculo; -----

E também os dados sobre a evolução do público cultural no concelho – se tem havido algum crescimento e consolidação do público, ou não, e como é que este público também se caracteriza. Penso que é importante percebermos isto, uma vez que a área cultural é fundamental também para o desenvolvimento de qualquer município. -----

Deixamos aqui a título exemplificativo estas questões e gostaríamos então de ver incluídas na próxima informação do Presidente.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “ Eu gostava apenas de fazer referência a uma questão que vem na informação do senhor Presidente. Da leitura que fizemos dela e que tem a ver com o projecto “Entroncamento Solidário”. -----

Está a ser elaborado pelos serviços do município um projecto subordinado a este título que, não é mais do que resultado da preocupação que é sentida, no que toca à questão social que se vive actualmente e que, porque não há outras entidades, que se calhar teriam obrigações e que não cumprem, a resolver os problemas, esses problemas estão a bater à porta das instituições do concelho, da câmara municipal, das freguesias, das IPSS’s e, obviamente, quando as coisas começam a ter uma dimensão maior, as IPSS’s não têm condições, pelo menos aquelas que trabalham nessa área e estamos a falar da Conferência de São Vicente Paulo e da Caritas do Entroncamento, que já têm a colaboração das duas juntas de freguesia e do município para o trabalho que desenvolvem, mas que, por si só, não são suficientes, diria. -----

---

Infelizmente, não sendo possível serem essas instituições a cumprirem a função que têm cumprido até hoje, porque a dimensão começa a ser maior do que se esperaria há dois, três anos atrás, há, de facto, necessidade de uma intervenção mais significativa, estruturada, coordenada da parte dos órgãos autárquicos. -----

E neste sentido, registo satisfatoriamente aquilo que está a ser preparado e que consta da informação do senhor Presidente. -----

Depois de ouvir a doutora Fátima Roldão, eu diria que os serviços do Departamento de Obras não têm um boletim periódico, como os serviços de cultura. Isto é, não há uma brochura, ou uma revista cultural que dê mostra daquilo que é o trabalho desenvolvido por esse departamento. Tal como não têm um documento de divulgação que pode ser usado para informar a população daquilo que vai acontecendo. -----

E como é suposto dar informação a esta Assembleia, havendo algumas coisas que já são públicas naturalmente, por alguns documentos que circulam no âmbito do município, percebendo o registo relativamente a esta questão, penso que continua a fazer sentido que algumas informações, que não vêm escritas para os autarcas, para a população, mas em especial para os autarcas noutros sítios, que venham na informação do senhor Presidente. -----

Poderemos pedir mais ou pedir menos. Poderemos discutir se temos de ver o que está no documento anterior ou não, porque, também poderemos considerar que, todas as informações do Presidente têm lá trazer escritas vinte vezes a mesma coisa. Se calhar não faz sentido, mas há quem queira. Agora, pelo menos, naquilo que já está escrito, em documentos que são públicos, que chegam à caixa de correio de toda a população, eu entendo que não se reproduzam, em segunda ou terceira via, na informação do senhor Presidente. -----

Portanto, relativamente à Boletim ou Revista Cultural, essa, eu entendo que a informação não conste. -----

Ainda relativamente à informação do Presidente, gostava também de referir que de facto, está feita a actualização naquilo que toca à questão dos processos legais em curso, pelo que vi, dessa mesma informação, obviamente, com reporte à situação anterior. Portanto, sou daquelas que acho que não vale a pena escrevermos vinte vezes a mesma coisa. Não sei se vale, mas é a minha opinião e, se estamos numa fase em que temos de otimizar recursos e temos de não sobrecarregar as pessoas com trabalho desnecessário, temos de utilizar os meios com uma boa gestão, nomeadamente uma boa gestão do pessoal que faz determinado número de tarefas, então, se calhar, não faz sentido repetir a informação vinte vezes.” -----

Pedi a palavra **Fátima roldão**: “Só queria especificar aqui, em relação ainda a esta questão, que não sei qual é o boletim a que a doutora Isilda Aguincha se está a referir, penso que será o Boletim Municipal e a Agenda Cultural. -----

Em relação ao Boletim Municipal, ele é bastante detalhado também nas obras municipais, embora também reflecta algum do trabalho desenvolvido na área da educação e da cultura, também, e ilustra tudo aquilo que se vai passando no concelho. -----

Em relação à Agenda Cultural, de facto, o que aparece, é a divulgação dos espectáculos, os ateliers que vão decorrer, mas não há outra informação! -----

Já agora e a este propósito, gostaria de referir que, as anteriores Agendas Culturais que existiram, eram de facto muito mais completas. Ela tem vindo a ser reduzida e ficar apenas circunscrita à divulgação e à enunciação dos espectáculos, porque já existiram agendas culturais que tinham até alguns apontamentos culturais sobre o concelho, alguns dados históricos e que realmente eram agendas mais completas e mais interessantes. -----

Em relação à informação do Presidente, o que consta relativamente aos aspectos financeiros e urbanísticos, penso que está correcto e que a informação não é excessiva, mas que também seria de bom tom e importante para todos os membros desta Assembleia, terem mais alguma informação detalhada de como é feito o trabalho cultural. Nomeadamente, informação de públicos, o número de dados de pessoas que assistem aos espectáculos, o trabalho com as

---

escolas. No fundo, esses dados que eu referi. E é nesse sentido que nós apelamos, para que haja uma informação mais completa.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Em relação à informação do senhor Presidente, nós analisámos com alguma atenção e constatamos que tem mais alguma informação que nas anteriores. Mas queremos aproveitar para colocar algumas questões: -----

Uma das questões tem a ver com a segurança e perguntamos qual é o desenvolvimento em termos da construção da esquadra da PSP no Entroncamento. Houve um Conselho de Segurança, acho que foi ontem, e gostaríamos que o senhor Presidente nos informasse sobre o que se passou na reunião deste Conselho. Informações que possam ser úteis para nós. -----

Por outro lado, gostaríamos também de saber o que se passa em relação à ETAR. Através das actas tomámos conhecimento de que há desenvolvimentos a nível das Águas do Centro e, portanto, gostaríamos de saber de algumas datas que existam para o começo das obras. Se existirem. -----

Em relação ao Centro de Saúde, houve uma resposta por parte da ARS de Vale do Tejo. Essa resposta veio de encontro àquilo que foi questionado pelo PCP na Assembleia da República o ano passado, no início do ano e às moções que foram propostas aqui e aprovadas. Portanto, vejo essa resposta com alguma preocupação em termos de *timing*. Porque, nós sabemos que as promessas são até às eleições e, depois das eleições, são capazes de se esquecer. Gostaria de saber quais são as *démarches* que a Câmara está a pensar desenvolver nessa área.” –

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “Relativamente à informação que vem esplanada no documento, da intervenção da Câmara na área social, nós tememos e temos algum cuidado com a intervenção política nesta área, particularmente em ano de eleições. -----

Não pomos em causa as boas intenções de quem quer avançar com este processo, aumentar o reforço, parceiro no apoio aos necessitados e às dificuldades. -----

Sabemos que a Associação Social, a Conferência São Vicente Paulo e a Caritas, estão activas e no terreno. Era preferível deixá-las trabalhar e tentar procurar o que é que precisão para trabalhar mais e para terem uma maior intervenção. -----

Eu desconfio sempre quando, em determinados períodos, bem demarcado, há intervenção política... isto serve para todos os partidos, não tem nada a ver com nenhum partido em particular, nem com a Câmara em geral, tem a ver com posturas. Porque é preciso ter o cuidado de não intervir em terrenos que são “sagrados” (digamos assim) onde o político não deve entrar. São transversais e não se pode estar a jogar com as misérias humanas, nem utilizar as suas fragilidades, as suas fraquezas, para as influenciar politicamente. Sabemos que estamos no ano de todas as eleições e, portanto, há que ter muito cuidado e não interferir excessivamente naquilo em que não se deve intervir.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara, que esclareceu e abordou algumas questões. -----

Interveio o **Presidente da Câmara**: “O Bloco de Esquerda falou aqui sobre a escola número – quero dizer que esses espaços foram já tratados e adequados, no princípio do mandato anterior. Portanto, já não foi neste mandato. Também nós vimos que estavam desadequados, mas, pode ficar aqui a ideia de que ainda estão por tratar, há muita coisa por tratar, particularmente nas escolas centenárias, mas, neste caso, já foi tratado pelo executivo camarário no mandato anterior. -----

Quanto à nova escola e aos cuidados que se devem ter, a nova escola é um projecto da autoria da DREL – do nosso governo – e é por aí que eu vos posso dizer como é que está esse projecto. Foi feita a consignação no dia 14 e vai começar dentro em breve essa escola. -----

Quanto ao Bairro Frederico Ulriche, quero dizer-vos que, se nós andássemos lá a intervir agora, estávamos a ouvir amanhã o que estamos a ouvir hoje sobre as obras. -----

O Bairro Frederico Ulriche foi candidatado na segunda candidatura que a Câmara Municipal do Entroncamento fez à regeneração urbana. Portanto, é um projecto que só poderá andar quando vier a aprovação. -----

---

Em relação a outras opções, como a casa da juventude, digo-vos olhos nos olhos que esta não é opção imediata para a Câmara Municipal do Entroncamento. Prefiro criar espaço para os jovens, do que metê-los dentro de quatro paredes. A ideia que eu tenho sobre o espaço para a juventude, é totalmente diferente do que tinha há quatro anos. -----

Em relação ao Cineteatro São João, temos algumas dúvidas na contratualização de andarmos com este projecto neste momento, porque, como os senhores sabem e andam atentos à cultura, esta tem uma comparticipação miserável de quarenta por cento. Nós e Ourém, que somos os que temos Cineteatros para tentar fazer uma pequena recuperação (e estamos a falar de pouco mais de quinhentos mil euros), no QREN, tem uma pequena comparticipação, volto a dizer, miserável, de quarenta por cento. Abaixo disso, só o nada, que têm dado até aqui. -----

Em relação à ribeira de Santa Catarina, é um projecto que está a decorrer normalmente e está entregue nas instâncias governamentais. Está entregue na ARH, na CCR de Lisboa e Vale do Tejo. Portanto, estamos a aguardar que venha o parecer para poder continuar o projecto. -----

Em relação à Biblioteca, foi uma opção da Câmara Municipal do Entroncamento, fazer a recuperação e modernização da existente e aguardarmos que, noutras alturas, haja outro tipo de condições em termos financeiros. A biblioteca precisa de um terreno, a REFER fez protocolo com a Câmara Municipal do Entroncamento, ontem fui ver, ao Porto, o estudo prévio sobre os atravessamentos da Estação do Entroncamento e está lá previsto, no terminal que há-de ser apresentado mais tarde, quando a REFER assim o entender, no terminal a poente, a Biblioteca do Entroncamento. Portanto, está lá contemplada. -----

É portanto uma opção da REFER disponibilizar os terrenos o mais rapidamente possível, mas, para isso, também quer dizer que temos de criar as condições necessárias para que se possa fazer esse equipamento. É um equipamento muito caro, três milhões e quinhentos mil euros e... primeiro estão as escolas. As escolas, para mim, são de facto uma prioridade e, tal e qual como este governo. Só que, para nós é uma prioridade que nos custa cinquenta e oito por cento e, portanto, o governo não dá dinheiro nenhum para isso. Sai dos nossos cofres, cinquenta e oito por cento e o governo não dá um tostão, um cêntimo para isto. É tudo dinheiro comunitário e FEDER. Não é prioridade nenhuma, é só canalizar como quiser, porque, não há um tostão, um cêntimo do governo para as escolas, como o nosso Primeiro Ministro anda todos os dias a dizer que é uma prioridade. É uma prioridade de facto, andar-se a fazer este *show off*. Não há um cêntimo do governo, apenas verbas comunitárias, neste caso, de quarenta e dois por cento. Ridículas para uma comunidade, quando se compara isto com TGV's, com aeroportos ou com auto-estradas, todos os dias anunciadas. -----

Em relação ao pedido de informação da cultura, vou analisar isso e vou também ler o que é que foi feito no passado, nas informações anteriores. Vou ver o que é que havia quando a cultura esteve entregue ao BE durante quatro anos e depois passarei a informação aos senhores deputados. -----

Em relação à Coferpor, fizemos um trabalho, que ainda não está concluído, mas que procura ser exemplar. Entendemos que a Coferpor era de facto uma prioridade e estamos a acabar os trabalhos naquele espaço da Coferpor. -----

De facto, tive uma reunião com o senhor Presidente da Cooperativa, o senhor Martins Jorge, para que nós fizéssemos uma informação que ensinasse, que educasse (e estou a usar as palavras dele) as pessoas a reciclar o lixo, porque as pessoas não estão habituadas a isso. Vamos tentar fazer isso. A Câmara vai fazer um folheto, junto do recibo que ele faz e vamos colaborar com eles para dar essa indicação às pessoas. -----

Quanto ao centro de compostagem, está a trabalhar, não em pleno, na Zona Industrial, onde estão os nossos serviços do ambiente. -----

Em relação à recolha dos restos de materiais, nas pré-fabricadas, vamos abater mais quatro ou cinco casas que lá estão e vão ficar quatro casas nesse bairro pré-fabricado. Uma casa com uma família de etnia cigana, numerosa, com quatro famílias lá dentro, que estavam agrupadas no passado; uma casa de uma senhora que é deficiente motora, que já assinou várias

---

vezes para sair de lá, mas depois muda de opinião, se calhar já não tem necessidade de viver num bairro social e, duas casas de propriedade resolúvel que, no passado fizeram esse mau negócio e venderam as madeiras às pessoas e o terreno é da Câmara Municipal. Portanto, essas quatro casas ficaram lá e agora iremos partir e fazer uma empreitada, eventualmente em Junho. Terá de ser sujeita uma revisão orçamental porque, hoje em dia, com a legislação que saiu sobre o tratamento de resíduos, é uma pequena fortuna tirar aqueles maciços de lá. Mas está assumido e nós vamos tratar. -----

Só para os senhores terem uma ideia, na zona norte, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, foi lançado há dois anos um concurso para requalificação de espaços, de arruamentos, não estava previsto, porque a Lei não previa isso e, em oitocentos mil euros, hoje temos lá duzentos mil euros para tratar daqueles resíduos. Não sabemos como é que vai ser, mas temos de tratar. -----

Portanto, a todo o momento iremos tratar do assunto, logo que seja lançada a empreitada. -----

Quando falaram aqui do Plano de Pormenor que está a decorrer a poente da A23, não é habitacional. É um Plano de Pormenor que será uma zona comercial. -----

Em relação ao espaço ferroviário, aguardamos que a REFER a todo o momento, quando entender, venha mostrar aos deputados municipais o plano director do espaço ferroviário. Portanto, aguardemos. -----

Em relação ao PDM, já dei informação à Assembleia Municipal sobre o que se está a passar e o ponto da situação do PDM. -----

Em relação ao IMI, ao seu aumento, já foi explicado. Vão acabando as isenções e, portanto, é o património que o Entroncamento tem. -----

Quando falou que as obras do Entroncamento foram fundamentais no passado, depois fez aí uma pequena reflexão e referiu que nem todas, mas prontas, são fundamentais e eu também acho que são fundamentais. São fundamentais para o bem-estar das pessoas que pagam os seus impostos e que querem viver nesta terra. -----

Quanto à Esquadra da Polícia, quero dizer-vos que fomos visitados pelos arquitectos e técnicos do MAI, o senhor Comandante Distrital e o senhor Comandante da Esquadra de Entroncamento, publicamente lá o disseram, foi falado aqui no Conselho Municipal de Segurança que, o terreno agrada substancialmente. Deixámos de ter aquele problema do olival, de estarmos muito longe e aquelas coisas todas. Portanto, a Esquadra da Polícia foi aceite, só ainda não passaram por escrito. Foi dito pelos técnicos que aceitam aquele espaço, que é um espaço que reúne todas as condições para fazerem lá a Esquadra da Polícia. -----

Em relação ao Conselho Municipal de Seguranças, estiveram aqui todas as entidades e não foi falado em tiroteio nenhum. Mete-me alguma impressão de como é que isso não foi aqui falado naquela sessão, mas pronto... foi falado que temos falta de efectivos, já não temos tantos elementos em baixa como tínhamos há um ano atrás e foi dito também, para tristeza minha, que vai haver policiamento de proximidade. Eu tive aqui no meu gabinete uma reunião com os anteriores responsáveis pela PSP do distrito de Santarém, particularmente o senhor Comandante ou o senhor Intendente Levi, que me disse que, ia ser em Abrantes a experiência piloto e, de imediato, o Entroncamento teria também disso. Foi dito por ele. Enganaram-me, era mentira. Ontem foi dito aqui pelo senhor Comandante da polícia que, Entroncamento e Santarém não estão previstos. Nas cidades, são os únicos que não estão previstos para este ano o policiamento de proximidade. Foi dito e assumido aqui por ele. Portanto, sinto-me enganado com estas coisas. Não é bonito. Isto é só e só político. Mais nada. -----

Em relação à ETAR, estou em condições de dizer que as Águas do Centro mandaram no dia catorze de Abril o seguinte: *«Para efeitos de conhecimento, informo vossa excelência que as Águas do Centro já lançou o concurso para os projectos relativos ao sistema de saneamento de águas residuais do Entroncamento.* -----

---

*Concurso quarto, ETAR, estação elevatórias, emissários, condutas elevatórias de águas residuais do concelho do Entroncamento. Projecto de execução da ETAR do Entroncamento, remodelação da estação elevatória existente e construção da respectiva conduta elevatória, remodelação da estação elevatória do Centro de Convívio e construção da respectiva conduta elevatória. Emissários gravíticos e as desactivações das ETAR's existentes e compacto na Zona Industrial. -----*

*Para o efeito, foram convidadas as seguintes empresas: (cinco empresas) -----*

*Foram já remetidas por carta registada para parceiros as minutas....» -----*

Portanto, os projectos foram lançados. Acho que era o que pretendiam saber. -----

Em relação ao Centro de Saúde, conheço o que os senhores conhecem! Mandámos para lá o projecto e, volto a dizer – é um caso político. Cada um tire as ilações que quiser. Vem em PIDACC e depois vêm dizer que ainda não têm enquadramento financeiro e que tem de ser estudado o enquadramento financeiro. Pensem bem, foi a desculpa mais esfarrapada para uma situação destas! -----

Quanto ao ensino superior, terei o cuidado de trazer a esta Assembleia, cronologicamente, como é que foi o caso do Instituto Superior que tínhamos no Entroncamento.

Os processos pendentes, penso que continuo a fazer bem. Pedi um parecer, disseram-me que estava bem e, enquanto estiver bem, eu farei o que me dizem os serviços. -----

Em relação ao processo do “Europas 10”, eu acho que o Entroncamento às vezes tem de se congratular com as coisas que consegue. E nós conseguimos entrar. Houve só três municípios, a nível nacional, que foram contemplados, Cascais, Entroncamento e Lisboa. O senhor secretário de estado, João Ferrão, que esteve na apresentação na Ordem dos Arquitectos, com o salão cheio, frisou muito isso e que, ao escolher estes espaços, são espaços privilegiados.

E neste espaço, que se falava que eu andava a tratar há bastante tempo junto da INVESFER, para tratar do assunto do Bairro Camões, da Escola Camões e todo aquele bairro, é só para esse espaço e não para o espaço que se falou aqui que seria muito maior. Portanto, é para esse espaço e, vamos esperar que venham a correr o melhor possível. Eu entendo que vai ter muita adesão, porque no salão, noventa por cento das questões que foram colocadas pelas equipas portuguesas de jovens arquitectos, eram sobre o espaço ferroviário. Era o mais apetecível para eles. -----

Portanto, também nestes momentos, mesmo que possam dizer que é imodéstia, temos que dizer que o Entroncamento está de parabéns sobre essa matéria. -----

Também se falou aqui muito do QREN e já andamos a falar disso há muito tempo. É um instrumento político do Governo! Quando não devia ser nada disso! Mas é um instrumento político, distribui a seu belo prazer! É um instrumento político. Não temos nada no Entroncamento aprovado, temos só a escola. Hoje parti para a segunda escola, a escola três, aproveitando esta onda do governo de ser de facto uma prioridade, mas de resto, não está mais nada. Porque o governo assumiu, pelo seu delegado que está em Coimbra, no programa operacional centro, ou mais centro, que, primeiro são as cidades grandes! Tivemos azar de ser cidade, mas sermos uma cidade pequenina! Portanto, temos de esperar que a seu belo prazer, onde há votos, que sejam distribuídos esses dinheiros. Temos que assumir estas coisas. Não conseguimos de outra maneira. Vamos lá, candidatamos, mas, e foi assumido publicamente que, é uma opção do governo primeiro as cidades grandes. -----

Falou-se aqui do Mercado Diário e quero dizer que, tínhamos tudo tratado e continua a ser tratado, mas esfriou, de facto, no último ano, em dois mil e oito, quando este processo estava a andar e há estudos já feitos sobre esta matéria, esfriou o investimento e, portanto, também eu entendi que devíamos parar e deveríamos partir quando tivéssemos condições para tal. -----

Quanto à conclusão da Praça da República e Largo José Duarte Coelho, eu respeito muito todos os senhores que estão por aqui, mas não me digam que estamos à espera de inaugurar isto quando forem as eleições! Enquanto não derem um tostão, não vem cá nenhum governante. Os governantes vêm ao Entroncamento inaugurar, quando participam para as obras

---

do Entroncamento! Não vêm cá de outra maneira. Portanto, não é por aí! Até porque todos nós conhecemos e o senhor costuma andar por aí, certamente costuma ver os empregados ali em greve. Os que estão para trabalhar, estão em greve. A Câmara Municipal do Entroncamento não deve um tostão à empresa João Salvador, agora, se eles estão com aquela dificuldade... Ainda ontem, pela primeira vez, esteve aqui o senhor João Salvador, antes os contactos eram com o seu genro, mas ontem ele esteve no meu gabinete e agradeceu-me tudo o que tem sido feito, sermos exemplares ao pagarmos a tempo e horas e dizer que se vai esforçar para ver se consegue acabar estas duas praças porque, e expliquei-lhe ontem, que fizemos um parque de estacionamento subterrâneo, uma obra que na altura era polémica, e começámos em Abril e acabámos em Abril do ano seguinte. Demorou tanto como fazer alguns complementos aqui. -----

Portanto, não quero falar muito mais sobre esta matéria, porque estamos a falar de pessoas, mas, compreendam, estamos a fazer todos os esforços para que se faça isto. Ninguém mais do que eu queria já isto tudo pronto. Mas prontos, estamos a tomar alguma atenção para com a empresa. -----

Em relação à ADSE, fizemos um acordo, estamos a cumprir o acordo. Vai-se arrastando é a dívida do dia-a-dia. Fizemos o acordo e estamos a cumpri-lo, mas não há capacidade e achamos que não nos devemos substituir a outras Câmaras que se vão deixando arrastar e nós estamos a pagar. Os faltosos é que costumam receber prémios. Portanto, como tal, eu também quero pelo menos um prémio. -----

Não gostei e sou frontal a dizer estas coisas, quando o senhor pôs em questão os técnicos da Câmara, que as obras estão mal feitas, quando o senhor há minutos atrás, pediu para louvar os técnicos da Câmara! Depois vem dizer «bom, aqui as obras, lançaram isto e estão a ficar com a cota da soleira muito alta». Aquele projecto é um projecto da Câmara Municipal do Entroncamento. Os técnicos da Câmara é que fizeram isso e depois, fazemos cumprir o nosso projecto. Agora, momentos antes diz, vamos louvar os técnicos, louvar todos os funcionários, fico todo contente e depois, diz, isto está mal feito. -----

Também não gostei sobre a parte da área social. Teme a acção nesta área na altura das eleições. Eu sou o último a aparecer com o regulamento que andámos a tratar desde que foi feito o orçamento. Desde Novembro que o doutor Martinho, os serviços sociais e eu próprio, que andamos a fazer um regulamento. Desde Novembro. Bom, não sei o que é essa coisa que o senhor diz da altura das eleições. -----

Veio aqui à Câmara aqui há tempos para nós abatermos dez por cento nos loteamentos, para fazermos isto e aquilo, para olharmos pelas pessoas e criámos um gabinete de crise. Não sei porque é que veio nesta altura das eleições. Veio o Bloco de Esquerda e apresentou, também não veio por isso. Entendo é que há crise e temos de atacar isso. Não vejo isso em termos eleitorais como o senhor viu. Mas, mais do que isso, foi aqui proposto pela vereação do Partido Socialista, a correr atrás do processo, dizer: a gente tem de ajudar as famílias, nem que para tal se peça já um empréstimo para ajudar já as famílias! Isto foi presente em reunião de Cara! Então isto é eleitoralismo! Senhor engenheiro, nós estamos preocupados com as pessoas e, quando estamos a falar disto, não se fala nesses termos, porque estamos mesmo, mesmo a falar de pessoas. -----

Portanto eu só estou a partir para isto, e vai à Câmara na segunda-feira, porque estamos a falar das pessoas com dificuldades. -----

Foi falado aqui dos empréstimos e, diz aqui, que os empréstimos são de facto para premiar os faltosos. Quanto mais se deve, mais empréstimos se tem! -----

Bom, mas depois também não gostei do que o senhor disse: «andam aqui a recorrer às esmolas do governo; estes pobrezinhos que não sabem governar a sua vida» é que andam lá a pedir ao governo. Isto leva-me a dizer: eles sim, eles sabem governar a sua vida. Eles sim, nós, coitadinhos dos pobrezinhos, andamos aqui às esmolas e às migalhas. Porque eles sim, segundo o senhor apontou, devem saber governar a sua vida, nós não, andamos aqui com as esmolas e com as migalhas.” -----

---

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “É uma informação que recebi ontem e que penso interessa a toda a gente. -----

Eu estava para prestar esta informação na segunda-feira na Câmara mas, uma vez que a questão foi aqui levantada e o senhor Presidente da Assembleia e senhor Presidente da Câmara me facultam esta possibilidade, vou dá-la já. -----

A informação é a resposta a um pedido do deputado João Semedo do Bloco de Esquerda, sobre o Centro de Saúde do Entroncamento. -----

E em síntese, depois poderá ser distribuída: *«Estima-se o arranque dos trabalhos até ao próximo dia dez de Maio de dois mil e nove e a sua conclusão até ao final de dois mil e dez. -*

*O adjudicatário do concurso para a empreitada de ampliação e remodelação do Centro de Saúde do Entroncamento prestou a devida caução no passado dia dezoito de Março.*

*Nestes termos, o contrato respectivo deverá ser celebrado até ao dia dezassete de Abril, isto é, dentro do prazo de trinta dias a contar da data da prestação da caução que a Lei prevê. Após a assinatura do contrato, o processo será remetido ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia.* -----

*De acordo com o estabelecido na Lei, no prazo máximo de vinte e dois dias, contados na data de assinatura do contrato, será consignada a obra que terá um prazo de execução previsto de quinhentos e sessenta dias.* -----

*Nestes termos, estima-se o arranque dos trabalhos até ao próximo dia dez de Maio de dois mil e nove e a sua conclusão até final de dois mil e dez.»* -----

Fez uso da palavra **Rui Gonçalves**: “Essa informação é a mesma informação que nós tínhamos e que recebemos a semana passada da ARS Centro, que nos enviou exactamente a mesma informação. Foi a informação que foi distribuída a todos os deputados.”-----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram doze horas e cinco minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. ---

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: